

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 019/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2024

DATA DA REALIZAÇÃO: 02/07/2024

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08h30min (horário de Brasília-DF)

LOCAL: Prefeitura do Município de São Jorge do Patrocínio - Paraná - BNC - Bolsa Nacional de Compras <https://bnc.org.br/> "Acesso Identificado"

Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar 147/2014, de 07/08/2014, Lei Municipal nº 1.969/2016 e Decreto nº 125/2016, além do Prejulgado nº 27 do TCE-PR esta licitação será EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI considerada local/regional, visando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito do município de São Jorge do Patrocínio, conforme motivado junto ao Termo de Referência.

Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar 147/2014, de 07/08/2014, esta licitação será EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI.

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE São Jorge do Patrocínio, inscrito no CNPJ sob n.º 77.870.475/0001-63, através da Secretaria de **ADMINISTRAÇÃO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, sediado a Av. Carlos Spanhol 164, centro, na cidade de **São Jorge do Patrocínio - Paraná**, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, **SR. JOSE CARLOS BARALDI**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado, na cidade de São Jorge do Patrocínio Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.132.712-1-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 409.020.649-91, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO (ELETRÔNICO)**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM UNITÁRIO**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO - PR**, conforme especificações descritas no Termo de Referência, parte integrante do presente edital

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

02/07/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE São Jorge do Patrocínio – Paraná.

Local da Sessão Pública: <https://bnc.org.br/>

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

É Agente de contratação, deste Município, PAULO SERGIO DE SOUZA, designado (a) pela Portaria nº 140/2024 de 29 de março 2023, publicada no Diário Oficial do Município, Jornal Umuarama – Pr.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://bnc.org.br/>.
- 1.2** A abertura da sessão pública da **PREGÃO (ELETRÔNICO)** ocorrerá **02/07/2024**, no site <https://bnc.org.br/>, nos termos das condições descritas neste Edital.
- 1.3** **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até às **08:00** horas do dia 02/07/2024.

- 1.4 **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 08:00 às 08:30 horas do dia 02/07/2024.
- 1.5 **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 08:30 horas do dia 02/07/2024
- 1.6 Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do MUNICÍPIO DE São Jorge do Patrocínio – Paraná – neste denominado Pregoeira(o), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica da **Bolsa de Nacional de Compras** (<https://bnc.org.br/>)

2 DO OBJETO

- 2.1 Constitui objeto deste a AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PR
- 2.2 **LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI considerada local/regional**, visando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito do município de São Jorge do Patrocínio, conforme motivado junto ao Termo de Referência.
- 2.3 A empresa de pequeno porte e microempresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006 e 147/14, deverá comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica através da *declaração firmada por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, ambas com prazo de validade de até 120 (cento e vinte) dias a contar da data de emissão.*
- 2.4 A participação em licitação expressamente reservada à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeito à aplicação das penalidades cabíveis.
- 2.5 A licitação será dividida por **item**, conforme tabela do ANEXO I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 2.6 Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **BNC - Bolsa Nacional de Compras** e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas**.
- 2.7 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (44) 3634-8011, ou pelo e-mail: licitacaosaojorge@gmail.com.
- 2.8 O valor máximo estimado para a contratação do presente objeto é de **R\$: 183.352,58 (cento e oitenta e três mil, trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos).**

3 DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 3.1 O certame será conduzido pelo (a) Pregoeiro (a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
 - Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
 - Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
 - Analisar a aceitabilidade das propostas;
 - Desclassificar propostas indicando os motivos;
 - Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
 - Verificar e julgar as condições de habilitação;
 - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - Indicar o vencedor do certame;
 - Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
 - Elaborar a ata da sessão;

- m) Encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.

4 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

- 4.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM UNITÁRIO**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.
- 4.2 Será utilizado o modo de disputa **"ABERTO"** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 5.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 5.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 5.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: deverão ser dirigidas a pregoeira e protocolizadas em dias úteis, das 08h00 às 16h00, na Av. Carlos Spanhol 164, Centro, Município de São Jorge do Patrocínio – Pr., no Departamento de Licitações, ou encaminhadas através ATRAVES DO EMAIL: licitacaosaojorge@gmail.com.
- 5.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 5.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 5.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

6 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar desta Licitação qualquer empresa individual ou sociedade, regularmente estabelecida no país, cujo contrato social abarque o objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos – para as estrangeiras que não funcionem no país, documentos equivalentes devem atestar atenção as mesmas exigências.
- 6.2 Para tanto, as empresas deverão se credenciar, de forma direta ou através de empresas associados à plataforma Bolsa Nacional de Compras (<https://bnc.org.br/>), até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas, onde apresentarão proposta e todos os documentos exigidos credenciamento e oportuna habilitação.
- 6.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 6.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais junto ao sistema relacionado no item anterior e mantê-lo atualizado junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 6.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 6.6 Nos termos da legislação vigente, em especial o art. 48, I da lei complementar 123/06 alterada pela lei complementar 123/06 alterada pela lei complementar 147/14, dá-se exclusividade para participação de Microempresa - ME/EPP/MEI, por ser a medida técnica e econômica mais vantajosa para Administração Pública, dada a possibilidade de aquisição do objeto por fornecedores desta qualificação tributária e potencial econômico, que resultara em maior vantajosidade a este ente.

- 6.7** Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar 147/2014, de 07/08/2014, Lei Municipal nº 1.969/2016 e Decreto nº 125/2016, além do Prejulgado nº 27 do TCE-PR esta licitação será **EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI** considerada local/regional, visando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito do município de São Jorge do Patrocínio e região, conforme motivado junto ao Termo de Referência.
- 6.8** Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar 147/2014, de 07/08/2014, **esta licitação será EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI.**
- 6.9** **NÃO poderão disputar esta licitação:**
- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - d) Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - h) agente público do órgão ou entidade licitante;
 - i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - j) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.10** O impedimento de que trata o item 6.9 d será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 6.11** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.9 b e 6.9 c, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 6.12** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 6.13** O disposto nos itens 6.9 b e 6.9 c, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 6.14** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com

recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

- 6.15** A vedação de que trata o item 6.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7 DO CREDENCIAMENTO

- 7.1** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da PREGÃO (ELETRÔNICO) deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferível), obtidas junto à BNC – Bolsas Nacional de Compras.
- 7.2** A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer PREGÃO (ELETRÔNICO), salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsas Nacional de Compras, devidamente justificada.
- 7.3** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.
- 7.4** O credenciamento do fornecedor e de seu representante, junto ao Sistema Eletrônico, implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao PREGÃO (ELETRÔNICO).
- 7.5** O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:
- a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no PREGÃO (ELETRÔNICO), conforme modelo fornecido pela BNC – Bolsas Nacional de Compras;
 - b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela BNC – Bolsas Nacional de Compras;
 - c) O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a BNC – Bolsas Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC – Bolsas Nacional de Compras;
 - d) **A inserção de cadastro perante o sistema BNC pode demandar 24h para liberação.**

8 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 8.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 8.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 8.3** A Licitante deverá **CADASTRAR EM CAMPO PRÓPRIO DA PLATAFORMA BNC**, sua proposta devidamente preenchida, contendo a marca dos produtos cotados e preços, **vedada a identificação do proponente no sistema**, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do PREGÃO (ELETRÔNICO), sob pena de desclassificação.
- 8.4** **Os valores registrados na plataforma da BNC deverão considerar o valor para O ITEM, uma vez que as rodadas de lance serão realizadas nestes termos.**
- 8.5** A proposta deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seu(s) anexo(s). A não inserção da marca dos produtos neste campo implicará na **desclassificação** da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. **Caso a proponente seja a fabricante do produto deverá constar no campo “marca” o termo “própria”, para evitar a identificação da empresa.**

- 8.6 Ao cadastrar sua proposta na Plataforma BNC a licitante deverá informar a MARCA E MODELO (quando houver) DO PRODUTO COTADO.
- 8.7 Os itens que forem da marca do licitante deverá preencher o campo MARCA com a expressão MARCA PRÓPRIA, PRÓPRIA ou expressão equivalente, para não possibilitar identificação.
- 8.8 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.9 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 8.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 8.11 O envio da proposta ajustada, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no item 8.21 deste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 8.12 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.13 Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.14 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, **descrevendo detalhadamente as características do objeto/serviço cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula.**
- 8.15 A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do PREGÃO (ELETRÔNICO).
- 8.16 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município **São Jorge do Patrocínio,-PR.**
- 8.17 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do PREGÃO (ELETRÔNICO), ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.18 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição
- 8.19 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 8.20 O licitante, quando do cadastramento da proposta inicial de preço, deverá verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade do desempate previsto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.21 **NA PROPOSTA AJUSTADA ESCRITA, deverá conter:**
- a) Especificação completa dos produtos oferecidos com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação e indicação das marcas/modelos, totalmente conforme descrito no **ANEXO I** deste Edital;

- b) O prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
- c) Declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.
- d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

8.22 O Envio da proposta ajustada dentro do prazo estipulado de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro, é obrigatório, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE.

9 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1** No dia **02/07/2024 as 08:00h., horário de Brasília-DF**, A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 9.3** Será desclassificada a proposta (eletrônica) que identifique o licitante.
- 9.4** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.5** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.6** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances
- 9.7** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.8** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto
- 9.9** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 9.10** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- a) O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**
- 9.11** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.12** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 9.13** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.14** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 9.15** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente
- 9.16** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados

pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

9.17 Será adotado para o envio de lances no PREGÃO ELETRÔNICO o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

9.18 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado

9.19 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.20 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.21 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.22 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

9.23 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 9.23 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno

9.24 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações

9.25 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários

9.26 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores

9.27 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar

9.28 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.29 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva da PREGÃO (ELETRÔNICO), o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.30 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 9.31** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.32** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 9.33** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.34** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.35** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.36** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.37** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 9.38** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.39** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - b) empresas brasileiras;
 - c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 9.40** Persistindo o empate será realizado sorteio entre as licitantes, que deverá ser gravado e juntado ao processo.
- 9.41** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 9.42** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

- 9.43 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.44 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
- 9.45 **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**
- a) **Caso a proposta não seja enviada dentro do prazo solicitado, e não haja pedido de prorrogação de prazo, poderá o pregoeiro, efetuar a DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA pelo não envio da documentação solicitada.**
- 9.46 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 9.47 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 DA FASE DE JULGAMENTO

- 10.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 6.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros :
- a) **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) (**PDF**); e,
- b) **Consulta ao cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública.** – **TCE/PR.** (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>).
- 10.2 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- b) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.3 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 10.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.2, 2.3 e 2.4 deste edital.
- 10.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 10.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos,

- desde que insanável.
- 10.7** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- a) A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 10.7.a.1** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.7.a.2** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.8** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.9** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 10.10** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- a) Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 10.11** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- a) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- b) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 10.12** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.13** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 10.14** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 10.15** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 10.16** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

11 DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1 Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no **Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
- c) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- d) Documentos Pessoais dos Sócios: **RG e CPF ou CNH**;

11.3 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

- a) Certidão negativa de pedido de FALÊNCIA, EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO (ELETRÔNICO), se outro prazo não constar do documento.

11.4 A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** consistirá em:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, Cartão CPNJ (atualizado);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- f) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

11.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) **NO MÍNIMO 01 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, expedido por órgão da Administração Pública, direta ou indireta ou por pessoa jurídica de direito privado, contendo informações que a empresa licitante interessada realizou/executou/entregou ou realiza/executa/entrega os produtos/materiais/serviços, com critérios do objeto desta licitação.

11.6 OUTRAS COMPROVAÇÕES:

- a) **DECLARAÇÕES UNIFICADAS (ANEXO III)**

- b) **FORMULÁRIO PARA ASSINATURA DE CONTRATO CONFORME MODELO CONSTANTE NO ANEXO III**
- c) **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) (**PDF**);
- d) **Alvará de Funcionamento Municipal.**

11.7 MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

- a) Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar **declaração firmada pelo representante legal da empresa ou por contador ou certidão simplificada**, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 120 (cento e vinte) dias a contar da data de emissão.
- 11.8 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
 - 11.9 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
 - 11.10 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
 - 11.11 Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.17.4, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “DOCUMENTOS COMPLEMENTARES” do sistema.
 - 11.12 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
 - 11.13 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
 - 11.14 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
 - 11.15 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
 - 11.16 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
 - 11.17 Após a entrega dos documentos para habilitação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para, (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
 - a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
 - c) A aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

- d) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
 - e) A apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.
 - f) A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 11.18** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.19** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.12.
- 11.20** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 11.21** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 11.22** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 11.23** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo;
- a) Sendo a licitante matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome;
 - b) Sendo a licitante filial, todos os documentos deverão estar em seu nome, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
 - c) Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz, como é o caso da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais.
- 11.24** A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que lançará a Nota Fiscal/Fatura.
- 11.25** Como se trata de PREGÃO (ELETRÔNICO), em que os documentos somente são apresentados em via eletrônica através de chave de acesso exclusivo, junto à plataforma, o pregoeiro ou sua equipe de apoio poderá fazer diligência para a verificação e constatação da autenticidade de documentos.
- 11.26** **As declarações deverão ser apresentadas assinadas pelo responsável da empresa ou por pessoa autorizada através de procuração. Serão aceitos documentos assinados digitalmente.**
- 11.27** **As empresas serão responsáveis pela veracidade dos documentos anexados na habilitação. Os documentos originais que forem digitalizados para a apresentação no momento da habilitação serão aceitos pelo pregoeiro independentemente de reconhecimento de firma.**
- 11.28** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12 DOS RECURSOS

- 12.1** Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua **intenção de recurso.**

- a) A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a preclusão da oportunidade de interposição de recurso.
- 12.2** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.3** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.4** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- c) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 12.5** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.7** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.8** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.9** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.10** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 13.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 13.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.4.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.5.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 13.1.6.** fraudar a licitação.
- 13.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

- 13.1.8.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 13.1.9.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 13.1.1.** advertência;
 - 13.1.2.** multa;
 - 13.1.3.** impedimento de licitar e contratar e
 - 13.1.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.2.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.2.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 13.2.2.** as peculiaridades do caso concreto.
 - 13.2.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - 13.2.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública.
 - 13.2.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.3.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 13.3.1.** Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 13.3.2.** Para as infrações previstas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.4.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.5.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.6.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de São Jorge do Patrocínio, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.7.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.8.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 13.9.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.10.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis,

encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 13.11.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.12.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.13.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública direta e indireta do Município de São Jorge do Patrocínio.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 14.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:
- 14.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 14.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 14.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 14.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 15.1.** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo pregoeiro à autoridade máxima para adjudicação e homologação.
- 15.1.1.** Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.
- 15.1.2.** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando seu objeto possuir mais de um lote.
- 15.2.** A Adjudicação e a homologação do resultado da licitação são de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da finalização da sessão pública.
- 15.2.1.** A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.
- 15.3.** A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o Contrato, respeitada a validade de sua proposta, bem como a retirada na Divisão de Licitações e Contratos

16. DO PAGAMENTO

- 16.1.** O pagamento será efetuado na forma de crédito em conta corrente da licitante vencedora no prazo máximo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da certificação da nota fiscal eletrônica pelos gestores do contrato, que deverá ser emitida após recebimento.
- 16.2.** Para a liberação do pagamento, a futura contratada encaminhará nota fiscal eletrônica, acompanhada das seguintes certidões: (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

- 16.3.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 16.4.** O Município de **São Jorge do Patrocínio**, fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em Lei.
- 16.5.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
- 16.6.** Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- 16.7.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o presente exercício:

Funcional: 05.01.1236100702.058000

3.390.30.99.10- Material de Copa e Cozinha

Principal	Desdobrada 3.3.90.30.99.10	Fonte
261	4042	0
262	3123	103
263	3124	104
283	3125	103
284	3126	104
297	3127	103
298	3128	104
299	4044	107
334	3129	103
335	3130	104
336	3131	107
347	3132	103
348	3133	104
349	3134	107

379	4046	0
384	4043	0
322	4047	0
414	3248	0
415	3255	1045
442	3256	0
449	3257	0
459	3259	303
465	3258	303
467	3259	494
3177	4045	3494
480	3260	303
483	3261	494
502	3262	303
503	3266	494
534	3268	303
535	3270	349
538	3271	494
575	4052	303
576	4054	494

18. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

- 18.1.** Diante da hipótese de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial do contrato, os preços contratados poderão ser revistos, de acordo com as regras estabelecidas na legislação.
- 18.2.** O reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:
- a) Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.
 - b) Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe.
- 18.3.** Para solicitar o reequilíbrio **não poderão haver empenhos com pendência de entrega referente aos itens objetos do pedido.**
- 18.4.** Os pedidos de reequilíbrio **não suspendem a entrega de itens já empenhados.** Os pedidos de reequilíbrio analisados, serão considerados para os pedidos posteriores a decisão final da Autoridade Competente.
- 18.5.** Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a **CONTRATADA** deverá apresentar no Setor de Compras e Licitações, de preferência via e-mail: licitacaosaojorge@gmail.com, toda documentação abaixo:
- a) Planilha de Custos informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) **produto(s)** contratados e o preço a ser reequilibrado, conforme modelo simplificado abaixo:

PREÇO CONTRATADO
Descrição do produto

A	Valor registrado no Contrato ou ARP	R\$ 0,00
B	Custo Unitário (NF nº Data/...../.....)	R\$ 0,00
C	Total de impostos/tributos%	R\$ 0,00
D	Total de custos fixos%	R\$ 0,00
VALOR FINAL (VF) = A – (B + C + D)		
E	Margem de lucro%	
MARGEM DE LUCRO (%) = [(RECEITA – CUSTO TOTAL)/RECEITA X 100]		
<i>Onde:</i>		
RECEITA = VALOR FINAL (VF)		
CUSTO TOTAL = Soma do valor pago no item, do imposto/tributo e do custo fixo (B + C + D)		
PREÇO ATUALIZADO		
Descrição do produto		
A	Valor registrado no Contrato ou ARP	R\$ 0,00
B	Custo Unitário (NF nº Data/...../.....)	R\$ 0,00
C	Total de impostos/tributos%	R\$ 0,00
D	Total de custos fixos%	R\$ 0,00
VALOR FINAL (VF) = A – (B + C + D)		
E	Margem de lucro%	
MARGEM DE LUCRO (%) = [(RECEITA – CUSTO TOTAL)/RECEITA X 100]		
<i>Onde:</i>		
RECEITA = VALOR FINAL (VF)		
CUSTO TOTAL = Soma do valor pago no item, do imposto/tributo e do custo fixo (B + C + D)		

- b) Cópias das notas fiscais referentes ao mês de julgamento da licitação, informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) produto(s) contratado(s), bem como cópia das notas fiscais referentes ao período de realização do pedido
- c) O valor reequilibrado nunca deverá ser superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.
- d) Cópias das certidões vigentes: i) Certificado de regularidade do FGTS; ii) Certidão de débitos Trabalhista; **iii)** Certidão de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **iv)** Certidão relativos a débitos tributários e dívida ativa Estadual; **v)** Certidão de débitos relativos a débitos tributários e dívida ativa municipal; **vi)** Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEPR - no site <http://www1.tce.pr.gov.br/> (Consulta de Impedidos de Licitar); **vii)** Tribunal de Contas da União - TCU em consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne os resultados das certidões no TCU - Licitantes Inidôneos; CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

18.5.1. Na ausência de um dos documentos elencados acima, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro NÃO SERÁ RECEBIDO.

- 18.6.** A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo ao Município a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 18.7.** A análise de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro compete ao gestor do contrato, nos termos do art. 9º, II, do Decreto nº 38, de 28 de março de 2023.
- 18.8.** A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
- 18.9.** Se o CONTRATADO não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será **INDEFERIDO** pelo Município e o contratado continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação

- das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
- 18.10. Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a **CONTRATADA** deverá apresentar, a cada mês, Planilha de Custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedor(es).
- 18.11. O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas Planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação contornável, através da troca de fornecedores por parte da Empresa, será considerado injustificado o pedido, mantendo-se os valores originais.
- 18.12. A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagirá a ordens de fornecimento já emitidas.
- 18.13. **O novo preço só terá validade após celebração de termo aditivo e não terá efeito retroativo.**
- 18.14. Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

19. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- 19.1. As obrigações decorrentes deste **PREGÃO (ELETRÔNICO)** consubstanciar-se-ão no **TERMO DE CONTRATO**, cuja minuta consta como **Anexo IV** deste Edital.
- 19.2. Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado, dentro do prazo de 05 (cinco) dias após o ato convocatório, para assinatura do Contrato.
- 19.3. O Contrato Administrativo **SERÁ** encaminhado através de correio eletrônico (e-mail), para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento**, em 02 (duas) vias, providenciando a entrega das vias originais no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**
- 19.3.1. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por até igual período, quando solicitado pelo proponente vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura Municipal de **São Jorge do Patrocínio /PR**;
- 19.4. A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.
- 19.5. Para a assinatura do contrato, esta deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, **na hipótese de nomeação de procurador**, e cédula de identidade do representante.
- 19.6. Admite-se a assinatura em formato eletrônico, com fundamento no art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, e do art. 6º do Decreto 10.278/2020, sendo as assinaturas consideradas válidas, vinculantes e executáveis, desde que firmadas pelos representantes legais das partes, conforme estabelecido no preâmbulo. Consigna-se, ainda, no presente instrumento, que a assinatura com Certificado Digital/eletrônica tem a mesma validade jurídica de um registro e autenticação feita em Cartório, seja mediante utilização de certificados e-CPF, e-CNPJ e/ou NF-e. Assim, as partes renunciam ao direito de recusar ou contestar a validade das assinaturas eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável.

20. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

- 20.1. Fica assegurado ao Município de **São Jorge do Patrocínio** o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- 20.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos

- que diretamente dele dependam.
- 20.3.** Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 20.4.** A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 20.5.** A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 20.6.** Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- 20.7.** A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 20.8.** A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de **São Jorge do Patrocínio**.

21. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 21.1.** As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1** O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município através do endereço eletrônico <http://sjpatrocinio.pr.gov.br/> e no Portal de Transparência do Município de São Jorge do Patrocínio – Pr.
- 22.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.2.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 22.3.** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira.
- 22.4.** Será facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.
- 22.5.** O Pregoeiro poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.
- 22.6.** **As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.**
- 22.7.** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

- 22.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de **São Jorge do Patrocínio**, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 22.10. A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.
- 22.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://sjpatrocinio.pr.gov.br/> (**aviso de Licitação**), e na Prefeitura Municipal de **São Jorge do Patrocínio**, Departamento de Compras e Licitações, Av. Carlos Spanhol 164, centro, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 22.13. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do PREGÃO (ELETRÔNICO), este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 22.14. É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.
- 22.15. A proponente deverá indicar à Pregoeira todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.
- 22.16. O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de **São Jorge do Patrocínio**, quanto do emissor.
- 22.17. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 22.18. **CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, AO PREGÃO (ELETRÔNICO) SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELO PREGOEIRO VIA CHAT.**
- 22.19. Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema BNC - Bolsa Nacional de Compras que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 22.20. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 22.21. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 22.22. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.23. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 22.24. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da

- isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.25.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.26.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.27.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.28.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://sjpatrocinio.pr.gov.br/> (aviso de licitação).
- 22.29.** Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Altônia – PR.
- 22.30.** Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira.
- 22.31.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Descrição Detalhada do Objeto
ANEXO II	Modelo Padrão De Proposta Comercial;
ANEXO III	Modelo De Declaração Unificada;
ANEXO IV	Formulário para Assinatura de Contrato
ANEXO V	Termo De Minuta De Contrato.
ANEXO VI	Termo De Referência – Especificações Técnicas E Condições De Fornecimento; Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

São Jorge do Patrocínio – Pr., 12 de junho de 2024

JOSE CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

ANEXO - I

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Valor Máximo total dos lotes da presente licitação é de **R\$ 183.352,58** (cento e oitenta e três mil, trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos).

ITEM	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
1	UNID	18	ABRIDOR DE LATAS, MANUAL, EM AÇO INOX, MEDINDO APROXIMADAMENTE 15 CM.	R\$ 20,25	R\$ 364,50
2	PCT	14	AÇUCAREIRO DE PLASTICO RESISTENTE, PEQUENO	R\$ 15,00	R\$ 210,00
3	UNID	10	AFIADOR DE FACAS DIAMANTADO	R\$ 26,80	R\$ 268,00
4	UND	8	AMASSADOR DA BATATAS EM INOX	R\$ 24,45	R\$ 195,60
5	UND	16	ASSADEIRA DE ALUMÍNIO RETANGULAR NÚMERO 05, MEDIDAS: 44 CM X 31 CM X 5,5 CM	R\$ 58,95	R\$ 943,20
6	UND	34	ASSADEIRA DE ALUMÍNIO RETANGULAR NÚMERO 05, MEDIDAS: 47 CM X 34 CM X 7,0 CM.	R\$ 65,00	R\$ 2.210,00
7	UND	21	ASSADEIRA MARINEX EM VIDRO COM TAMPA 3,7 LITROS	R\$ 59,49	R\$ 1.249,29
8	UND	27	ASSADEIRA MARINEX EM VIDRO COM TAMPA 5 LITROS	R\$ 70,00	R\$ 1.890,00
9	PCT	12	ASSADEIRA PARA BOLO COM FURO CENTRAL TAMANHO 26 CM	R\$ 40,97	R\$ 491,64
10	UND	33	BACIA DE PLÁSTICO RESISTENTE, COM 35 CM DE DIÂMETRO E 15 CM DE ALTURA, COR BRANCA OU TRANSPARENTE.	R\$ 18,80	R\$ 620,40
11	UND	30	BACIA DE PLÁSTICO RESISTENTE, COM 45 CM DE DIÂMETRO E 20 CM DE ALTURA, COR BRANCA OU TRANSPARENTE.	R\$ 32,40	R\$ 972,00
12	UND	30	BACIA DE PLÁSTICO RESISTENTE, COM 60 CM DE DIÂMETRO E 20 CM DE ALTURA, COR BRANCA OU TRANSPARENTE.	R\$ 55,25	R\$ 1.657,50
13	UND	44	BALDE PLASTICO DE 20L	R\$ 19,90	R\$ 875,60
14	UND	12	BANDEJA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE OU POLIPROPILENO, COR BRANCA, ALTURA 3,5 X LARGURA 18,0 X COMPRIMENTO 30,0 CM	R\$ 30,00	R\$ 360,00
15	UND	12	BANDEJA EM AÇO INOX, RETANGULAR, MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,7 MM X 40 CM X 27 CM.	R\$ 89,00	R\$ 1.068,00
16	UND	8	BANDEJA RETANGULAR AÇO INOX, 48 CM	R\$ 28,02	R\$ 224,16
17	UND	10	BORRACHA LÁTEX PARA PAINEL DE PRESSÃO, 10 LITROS	R\$ 8,16	R\$ 81,60
18	UND	23	BORRIFADOR DE ÁGUA 1 LITRO.	R\$ 11,27	R\$ 259,21
19	UND	6	CAÇAROLA PAINEL GRANDE Nº38 INDUSTRIAL RESTAURANTE COM TAMPA 19 LITROS: QUALIDADE E DURABILIDADE COMPROVADA. DETALHES COM TAMPA; ACABAMENTO FOSCO; GRAU DE PUREZA DO MATERIAL 99,85%.	R\$ 165,00	R\$ 990,00
20	UND	6	CAÇAROLA PAINEL GRANDE Nº45 INDUSTRIAL RESTAURANTE COM TAMPA 31 LITROS: QUALIDADE E DURABILIDADE COMPROVADA. DETALHES COM TAMPA; ACABAMENTO FOSCO; GRAU DE PUREZA DO MATERIAL 99,85%.	R\$ 329,00	R\$ 1.974,00
21	UND	32	CAIXA ORGANIZADORA DE PLÁSTICO COM TAMPA E TRAVA, CONTENDO CAPACIDADE MÍNIMA DE 56 L TRANSPARENTE	R\$ 75,70	2.422,40
22	UND	40	CAIXA ORGANIZADORA DE PLÁSTICO COM TAMPA E TRAVA, CONTENDO CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 L TRANSPARENTE	R\$ 67,40	2.696,00

23	UND	22	CAIXA ORGANIZADORA DE PLÁSTICO COM TAMPA E TRAVA, CONTENDO CAPACIDADE MÍNIMA DE 90 L TRANSPARENTE.	R\$ 124,12	2.730,64
24	UND	45	CAIXA ORGANIZADORA RATTAN COM TAMPA (G), TAMANHO 20X 29,5 X 42 CM, 20 LTS, COR A DEFINIR	R\$ 42,54	1.914,30
25	UND	34	CAIXA ORGANIZADORA RATTAN COM TAMPA (M), TAMANHO 19 X 29 X 14 CM, 7 LTS, COR A DEFINIR	R\$ 24,23	823,82
26	UND	31	CAIXA ORGANIZADORA RATTAN COM TAMPA (P), TAMANHO 15 X 20 X 9,5 CM, 3 LTS (+/-), COR A DEFINIR	R\$ 15,08	467,48
27	UND	16	CAIXA TÉRMICA COOLER GRANDE ALÇA E DRENO 45 L SEM TERMOMETRO PRETA OU AZUL IGUAL OU SUPERIOR A MARCA MOR	R\$ 268,00	4.288,00
28	UND	14	CAIXA TÉRMICA COOLER GRANDE ALÇA E DRENO 75 L SEM TERMOMETRO PRETA OU AZUL IGUAL OU SUPERIOR A MARCA MOR	R\$ 390,00	R\$ 5.460,00
29	UND	5	CALDEIRÃO DE ALUMÍNIO BATIDO COM TAMPA E ALÇA COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS	R\$ 328,85	1.644,25
30	UND	2	CALDEIRÃO DE ALUMÍNIO BATIDO COM TAMPA E ALÇA COM CAPACIDADE PARA 40 LITROS	R\$ 263,50	R\$ 527,00
31	UND	25	CANECA DE ALUMÍNIO BATIDO E ALÇA DE MADEIRA, COM CAPACIDADE PARA 02 LITROS.	R\$ 48,05	R\$ 1.201,25
32	UND	8	CANECA DE ALUMÍNIO BATIDO E ALÇA DE MADEIRA, COM CAPACIDADE PARA 05 LITROS.	R\$ 58,90	R\$ 471,20
33	UND	33	CANUDO SIMPLES COM 100 UND.	R\$ 8,83	R\$ 291,39
34	UND	27	COLHER DE ARROZ DE AÇO INOX 32 CM	R\$ 22,40	R\$ 604,80
35	UND	23	COLHER DE PAU, EM MADEIRA TRATADA PARA USO EM ALIMENTOS, MEDINDO 60 CM.	R\$ 20,00	R\$ 460,00
36	UND	1	COLHER DE PLÁSTICO, TIPO ESCOLAR, KIT COM 12	R\$ 13,70	R\$ 13,70
37	UND	52	COLHER DE SOPA INOX MESA: KIT COM 12 UNIDADES D. 24,5X9,5X1,7	R\$ 55,00	R\$ 2.860,00
38	UND	25	CONCHA DE FEIJÃO AÇO INOX: PRODUZIDA COM MATERIAL QUE GARANTE A DURABILIDADE DO PRODUTO E A SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS. A PEÇA É PERFEITA TAMBÉM PARA SERVIR CALDOS, SOPAS E LENTILHAS, ALÉM DISSO, CONTA COM ALTA QUALIDADE, SENDO RESISTENTE À OXIDAÇÃO E PODENDO SER LEVADA A LAVA-LOUÇAS.	R\$ 21,99	R\$ 549,75
39	UND	39	CONJUNTO DE POTE DE PLÁSTICO, REDONDO, COM 3 PÇS, COM TAMPA DE ROSCA 500 ML CADA	R\$ 18,83	R\$ 734,37
40	UND	13	CONJUNTO JARRA E COPOS DE VIDRO, CONTENDO 01 JARRA COM CAPACIDADE MINIMA DE 2 LITROS, TRANSPARENTE DE FACIL LIMPEZA E ALTA RESISTENCIA E 06 COPOS DE VIDRO CILINDRICOS TRANSPARENTE COM CAPACIDADE MINIMA DE 300 ML, DE ALTA QUALIDADE	R\$ 106,00	R\$ 1.378,00
41	CONJ	35	COPO DE VIDRO CILINDRO TRANSPARENTE COM CAPACIDADE MINIMA DE 300 ML. VIDRO RESISTENTE DE FACIL LIMPEZA DE ALTA QUALIDADE, CONJUNTO COM 6 UNIDADES	R\$ 39,10	R\$ 1.368,50
42	UND	620	COPO/CANECA PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: FABRICADO EM POLIPROPILENO, BMC OU SMC; VIRGEM DE 1º USO; COM ALÇA; PAREDES INTERNAS E EXTERNAS LISAS; SEM REENTRÂNCIAS OU RESSALTOS; FORMATO ARREDONDADO (PARA NÃO POSSIBILITAR O ACÚMULO DE RESÍDUOS); ATÓXICA E PIGMENTAÇÃO HOMOGÊNEA EM TODA A PEÇA, CONFORME NORMAS DA ANVISA QUANTO A METAIS	R\$ 4,98	R\$ 3.087,60

			PESADOS; ACABAMENTO FOSCO OU MICROTTEXTURIZADO; RESISTENTE À TEMPERATURA DE 100° CELSIUS, POR NO MÍNIMO 20 MINUTOS; COR “AMARELO ESCOLAR” – REFERÊNCIA 125Y7/12 (CARTELA MUNSELL (OU SIMILAR A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO); TOLERÂNCIA +/-10%; DURABILIDADE MÍNIMA DE 3 ANOS; SER PASSÍVEL DE SER RECICLADO MECANICAMENTE AO FIM DE SUA VIDA ÚTIL. CAPACIDADE DE 300 ML.; 85MM DE ALTURA; 3MM DE ESPESSURA; 1,5CM DE LARGURA DA ALÇA; DIÂMETRO: 77MM (BOCA), 50MM (BASE), 200MM (EXTENSÃO).		
43	UND	10	ESCORREDOR DE MASSA EM AÇO INOX: COM O PASSADOR PARA MASSA QUE ESCORRE A ÁGUA DE FORMA PRÁTICA E SEGURA, SEM DESPERDÍCIOS OU PERIGO DE AQUECIMENTO DO MATERIAL. FEITO EM AÇO INOX, O PRODUTO É RESISTENTE E NÃO POSSUI POROSIDADES, O QUE EVITA O ACÚMULO DE RESÍDUOS NOS ORIFÍCIOS DO UTENSÍLIO E TORNA A SUA LIMPEZA MUITO FÁCIL. ALÉM DISSO, TEM ALÇAS QUE FACILITAM O MANUSEIO	148,00	1.480,00
44	UND	9	ESCORREDOR INOX PARA PRATOS, TAMANHO GRANDE	124,50	1.120,50
45	UND	19	ESCOVA DE LAVAR MAMADEIRA MÉDIA	20,81	395,39
46	UND	53	FACA AÇO INOX DE MESA EM ALUMÍNIO COM 12 UNIDADES	43,01	2.279,53
47	UND	23	FACA AÇO INOX DE SERRA EM ALUMÍNIO, PARA PÃO	23,79	547,17
48	UND	8	FACA DE DESOSSAR – MATADOURO 6 POLEGADAS	31,89	255,12
49	UND	17	FACA P/ CORTE DE LEGUMES: PROFISSIONAL; LÂMINA AÇO INOX 5”; CABO BRANCO	22,64	384,88
50	UND	12	FORMA PARA CONFECCÃO DE OVO DE PÁSCOA: MEDIA	14,35	172,20
51	UND	30	FORMA PARA PÃO 30X12,5X7CM (MATERIAL ALUMÍNIO, POLIDO RETANGULAR)	23,00	690,00
52	UND	14	FRIGIDEIRA ANTIADERNTE PEQUENA 16 CM	43,05	602,70
53	UND	52	GARFO AÇO INOX DE MESA, KIT 12 UNIDADES	50,96	2.649,92
54	UND	17	GARRAFA TERMICA COM 06 LITROS E TORNEIRA MATERIAL PLÁSTICO, RESISTENTE SUPERIOR A TERMOLAR	174,00	2.958,00
55	UND	16	GARRAFA TERMICA COM 10 LITROS E TORNEIRA MATERIAL PLÁSTICO, RESISTENTE SUPERIOR A TERMOLAR	146,26	2.340,16
56	UND	33	GARRAFA TÉRMICA DE CAFÉ, CAPACIDADE DE 01 LITRO APRESENTA CORTA-GOTA (EXCLUSIVO SISTEMA ANTI-PINGOS), ALÇA ACOPLADA NA BOMBA E DESIGN COMPACTO POR FORA E GRANDE POR DENTRO. ALÉM DISSO, POSSUI REVESTIMENTO DE INOX, TAMPA COM BOMBA.	144,00	4.752,00
57	UND	44	GARRAFA TÉRMICA DE CAFÉ, CAPACIDADE DE 02 LITROS APRESENTA CORTA-GOTA (EXCLUSIVO SISTEMA ANTI-PINGOS), ALÇA ACOPLADA NA BOMBA E DESIGN COMPACTO POR FORA E GRANDE POR DENTRO. ALÉM DISSO, POSSUI REVESTIMENTO DE INOX, TAMPA COM BOMBA.	193,81	8.527,64
58	UND	22	GARRAFAO TÉRMICA, MATERIAL EXTERNO PLÁSTICO RESISTENTE, TAMPA ROSQUEAVEL COM 5L. REF. IGUAL OU SUPERIOR TERMOLAR	42,00	924,00
59	UND	10	INFLADOR COMPRESSOR BOMBA ELETRICA DE 1200W, BIVOLT 110/220V, PARA INFLAR BALÕES E BEXIGAS. ALTURA: 30 CM, LARGURA 20CM, PRESSÃO MÁXIMA: 3,65PSI SUPERIOR A MARCA CYCLON	150,50	1.505,00

60	UND	39	JARRA COM TAMPA DE PLÁSTICO PARA BEBIDAS DE 4 L.	27,99	1.091,61
61	UND	66	JARRA DE PLASTICO RESISTENTE PARA ÁGUA 02 LITROS	14,90	983,40
62	UND	28	JARRA DE VIDRO PARA ÁGUA OU SUÇO DE 02 LITRO, COR TRANSPARENTE, FACIL LIMPEZA, PESANDO APROXIMADAMENTE 1000 KG, DE ALTA QUALIDADE.	43,99	1.231,72
63	UND	12	JOGO DE MANTIMENTOS EM ALUMÍNIO POLIDO, COMPOSTO DE 5 PEÇAS (POTES)TAMANHOS 22CM, 20CM, 18CM, 16CM, 14CM DE DIÂMETRO	96,12	1.153,44
64	UND	7	JOGO DE XICARA PARA CAFÉ COM PIRES EM VIDRO TRANSPARENTE, 80 ML COM 6 UNIDADES. CAIXA COM 06 UNIDADES	59,37	415,59
65	UND	15	KIT PLASTICO DIVERSAS CORES, COM 3 PEÇAS PARA PIA, COM LIXEIRA C/ TAMPA, PORTA DETERGENTE E PORTA SABÃO/BUCHA.	20,00	300,00
66	UND	31	LIXEIRAS PLASTICA DIVERSAS CORES COM TAMPA DE 100L.	116,95	3.625,45
67	UND	46	LIXEIRAS PLASTICA DIVERSAS CORES COM TAMPA DE 50L.	91,40	4.204,40
68	UND	12	PANELA DE ALUMÍNIO C/TAMPA COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS;	84,50	1.014,00
69	UND	12	PANELA DE ALUMÍNIO FUNDIDO C/TAMPA CAPACIDADE PARA 20 LITROS, ALÇA DE ALUMINIO	197,67	2.372,04
70	UND	4	PANELA DE ALUMÍNIO FUNDIDO C/TAMPA CAPACIDADE PARA 40 LITROS, ALÇA DE ALUMINIO	169,33	677,32
71	UND	8	PANELA DE PRESSÃO 10 LITROS	345,73	2.765,84
72	UND	7	PANELA DE PRESSÃO 20 LITROS	409,50	2.866,50
73	UND	24	PEGADOR DE SALADA, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM 28 CM DE COMPRIMENTO.	24,99	599,76
74	UND	8	PIPOQUEIRAS CAPACIDADE EM VOLUME: 3.8 L MATERIAL DA ALÇA: BAQUELITE, MATERIAL DA PANELA DE COZINHA: ALUMÍNIO MATERIAL DA TAMPA: VIDRO	74,50	596,00
75	UND	24	PIREX DE VIDRO COM TAMPA, TIPO ASSADEIRA RETANGULAR, DIMENSÕES APROXIMADAMENTE: 41X38X27 CM CAPACIDADE 5 LITROS	71,66	1.719,84
76	UND	22	PORTA DETERGENTE, SABÃO E BUCHA DE PLÁSTICO SIMPLES PARA PIA COZINHA	16,45	361,90
77	UND	9	PORTA TALHERES, COM TAMPA E PLASTICO REFORÇADO	24,99	224,91
78	UND	37	POTE DE PLÁSTICO LISO/DECORADO, REDONDO, 1,700 ML, COM TAMPA DE ROSCA	19,79	732,23
79	UND	41	POTE DE PLÁSTICO LISO/DECORADO, REDONDO, 750 ML, COM TAMPA DE ROSCA	11,45	469,45
80	UND	200	PRATO DE PAPELÃO Nº 3	27,00	5.400,00
81	UND	200	PRATO DE PAPELÃO Nº 4	30,48	6.096,00
82	UND	200	PRATO DE PAPELÃO Nº 5	44,99	8.998,00
83	UND	456	PRATO FUNDO PARA SOPA DE VIDRO LISO, INCOLOR, COM 22 CM DE DIÂMETRO X 4 CM DE ALTURA.	15,50	7.068,00
84	UND	45	PULVERIZADOR TIPO BOLINHA, 280ML	9,75	438,75
85	UND	20	RALADOR 4 FACES QUE OFERECE DIFERENTES CORTES, FATIANDO E RALANDO LEGUMES E VERDURAS EM FIOS GROSSOS, MÉDIOS E FINOS. VOCÊ MERECE O QUE HÁ DE MELHOR PARA O PREPARO DE SEUS ALIMENTOS	22,00	440,00
86	UND	46	REFRATÁRIO DE VIDRO QUADRADO COM TAMPA, COM CAPACIDADE APROX DE 2 LITROS D:21 X 10 CM DE ALTURA	55,00	2.530,00

87	UND	32	RELÓGIO DE PAREDE DE PLÁSTICO TAMANHO MÍNIMO DE 25CM X 04CM PROF. VIDRO EM ACRÍLICO, DESIGN SIMPLES E ELEGANTE, BORDA PRETA, FUNDO BRANCO COM NÚMEROS E PONTEIROS PRETO, COM USO 1 PILHA AA, EMBALAGEM - GARANTIA DE 12 MESES	63,00	2.016,00
88	PCT	10	SACO DE PAPEL DE 2 KG, COM 500 UNDS	48,40	484,00
89	PCT	33	SACO DE PAPEL PARA PIPOCA 2, NA COR BRANCA - PACOTE C/500 UNIDADES	46,25	1.526,25
90	UND	9	SALEIRO COM TAMPA EM PLÁSTICO - 500ML	16,00	144,00
91	UND	4	SOPEIRA DE PLÁSTICO COM TAMPA, 6,2 LTS, CORES DIVERSAS	31,04	124,16
92	UND	4	SUPORTE PARA TV TRI ARTICULÁVEL LCD/LED - PLASMA E LED 20" A 40". SUPORTA ATÉ 20KG	119,45	477,80
93	UND	17	TÁBUA PARA CORTAR CARNE, COR BRANCA E MATERIAL POLIPROPILENO DE TAMANHO APROXIMADO 30 CM X 20 CM	49,27	837,59
94	UND	18	TABUA PLÁSTICA PARA CARNE 50X30 CM	115,00	2.070,00
95	UND	10	TABULEIRO (ASSADEIRA EM ALUMÍNIO) RETANGULAR Nº 4 TAMANHO DE APROXIMADAMENTE*: 40 X 30 X 4CM	145,00	1.450,00
96	UND	19	TABULEIRO ALUMÍNIO DE PADARIA TAMANHO 58X68X3,5 CM: TABULEIRO DE ALUMÍNIO RETANGULAR BAIXO COM MATERIAL REFORÇADO IDEAL PARA BOLOS, TORTAS CONFEITARIAS, BISCOITOS, PÃES	169,00	3.211,00
97	UND	8	TABULEIRO EM ALUMÍNIO -MED. 46 X 32 X 4;	63,10	504,80
98	UND	4	TACHO - DE ALUMÍNIO, COM CAPACIDADE PARA 20 L, COM ALCAS	161,50	646,00
99	UND	4	TACHO - EM ALUMÍNIO, COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS, COM ALCA	164,50	658,00
100	UND	52	TIGELA DE VIDRO, REDONDA, COM TAMPA, COM CAPACIDADE APROXIMADAMENTE 1,5 LITROS	33,33	1.733,16
101	UND	43	VASILHA DE PLÁSTICO COM TAMPA, RETANGULAR TRANSPARENTE, 750 ML	6,84	294,12
102	UND	53	VASILHA DE PLÁSTICO COM TAMPA, RETANGULAR TRANSPARENTE, 1,200 ML	8,35	442,55
103	UND	58	VASILHAS DE PLÁSTICO COM TAMPA, CONTENDO CAPACIDADE MÍNIMA DE 3,5 L E CORES DIVERSAS.	13,80	800,40
104	UND	56	VASILHAS DE PLÁSTICO COM TAMPA, CONTENDO CAPACIDADE MÍNIMA DE 5 L E CORES DIVERSAS.	15,99	895,44
105	UND	44	VASILHAS DE PLÁSTICO COM TAMPA, CONTENDO CAPACIDADE MÍNIMA DE 7,5 L E CORES DIVERSAS.	20,49	901,56
106	UND	45	VASILHAS DE PLÁSTICO QUADRADA CONTENDO 3 UNIDADES E 270 ML TRANSPARENTE.	11,31	508,95
107	UND	49	VASILHAS DE PLÁSTICO QUADRADA CONTENDO 3 UNIDADES E 500 ML.	17,99	881,51
108	UND	40	VASILHAS DE PLÁSTICO REDONDA CONTENDO 3 UNIDADES E 270 ML, TRANSPARENTE.	11,31	452,40
109	UND	40	VASILHAS DE PLÁSTICO REDONDA CONTENDO 3 UNIDADES E 500 ML.	17,99	719,60
110	UND	57	VASILHAS PLÁSTICAS REFORÇADAS COM TAMPA, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS	31,68	1.805,76
111	UND	3	PANELA DE PRESSÃO COM FUNDO TRIPLO (AÇO INOX + ALUMÍNIO+ AÇO INOX), COM CABO DE BAQUELITE ANTITÉRMICO, TAMPA DE ALUMÍNIO COM ACABAMENTO EXTERNO POLIDO. CAPACIDADE 25 LITROS, COM VÁLVULA	625,00	1.875,00

			REMOVÍVEL, VÁLVULA CONTROLADORA DE PRESSÃO E VÁLVULA DE SEGURANÇA REPETITIVA. BORRACHA PARA TAMPA DA PAINEL DE PRESSÃO PARA TROCA.		
112	UND	9	SUQUEIRA DE VIDRO CAPACIDADE MÍNIMA DE 4,5 L, FEITA EM VIDRO DE FÁCIL LIMPEZA, COM TORNEIRA PRÁTICA PARA A SAÍDA DAS BEBIDAS. COM CAPACIDADE PARA 4,5 LITROS. ESPECIFICAÇÕES: MATERIAL: VIDRO ACABAMENTO: VIDRO DIMENSÕES DO PRODUTO (COMP. X LARG.X ALT) CM: 19,5 X 22 X 52CM DIÂMETRO (CM): 19,5 CM. PESO DO PRODUTO (COM EMBALAGEM): 4,5 KG. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 SUQUEIRA. BENEFÍCIOS DO PRODUTO:1. PRODUTO EM VIDRO.2. MATERIAL DURÁVEL.3. TORNEIRA DE FÁCIL MANUSEIO. MATERIAL: VIDRO	169,57	1.526,13
113	UND	9	BOMBONIERE DE CRISTAL COM PÉ E TAMPA MEDIDAS APROXIMADAS DE 18X18X25 CM	67,45	607,05
114	UND	9	BOMBONIERE DE CRISTAL MEDIDAS APROXIMADAS DE 17,5X17,5X18 CM COM TAMPA	45,00	405,00
115	UND	9	CENTRO DE MESA DE CRISTAL COM PÉ, MEDIDAS APROXIMADAS DE 28,5X28,5X19CM	105,00	945,00
116	UND	9	BOLEIRA / PRATO PARA BOLO COM PÉ PEARL EM CRISTAL MEDIDAS APROXIMADAS DE 30 CM DE DIÂMETRO E 12 CM DE ALTURA.	81,30	731,70
117	UND	9	DESCASCADOR E BOLEADOR DE LEGUMES, DIMENSÕES APROXIMADAS 18 CM X 4 CM, CABO PLÁSTICO E LÂMINA EM ALUMÍNIO.	5,79	52,11
118	UND	30	BORRIFADOR MATERIAL PLASTICO, COR TRANSPARENTE, CAPACIDADE 500 ML, COM TRAVA, COM BICO BORRIFADOR, COM GUINCHO E PULVERIZACAO.	7,60	228,00
119	UND	30	MAMADEIRA EM POLIPROPILENO RESISTENTE, TRANSPARENTE, SEM DECORAÇÃO, COM ROSCA E TAMPA EM POLIPROPILENO, BICO AUTOCLAVÁVEL, GRADUADA, CAPACIDADE DE 240 A 300 ML	22,08	662,40
120	UND	30	BICO DE MAMADEIRA EM SILICONE FORMATO UNIVERSAL, MACIO, ATÓXICO, ANTIALÉRGICO, ESTERILIZÁVEL, INODORO E RESITENTE A FERVURA.	13,48	404,40
121	UND	30	BICO DE MAMADEIRA EM SILICONE FORMATO ORTODÔNTICO, DE 0 A 6 MESES, PEQUENO, MACIO, ATÓXICO, ANTIALÉRGICO, ESTERILIZÁVEL, INODORO E RESITENTE A FERVURA.	13,48	404,40
122	UND	3	COADOR DE CAFÉ EM TRIPÉ (TIPO MARIQUINHA) EM ALUMÍNIO PARA COADOR DE PANO, ALTURA APROXIMADA ENTRE 50 E 60 CM COM CAPACIDADE DE 4,5 A 7 LITROS.	41,00	123,00
123	UND	100	GUARDANAPOS ATOALHADO LISO OU ESTAMPADO, MEDIDAS 40X65CM	6,40	640,00
124	UND	100	GUARDANAPOS 100% ALGODÃO, LISO OU ESTAMPADO, MEDIDAS 40X65CM	5,65	565,00
125	UND	9	ESCUMADEIRA DE ARROZ ALUMÍNIO BATIDO, COMPRIMENTO 35 CM APROXIMADAMENTE.	22,90	206,10
126	UND	6	JOGO DE MANTIMENTOS EM PLÁSTICO POLIDO, COMPOSTO DE 5 PEÇAS (POTES)TAMANHOS 22CM, 20CM, 18CM, 16CM, 14CM DE DIÂMETRO	85,00	510,00
127	UND	9	RODO PARA PIA ANATÔMICO E COM BORRACHA QUE PERMITE LIMPEZA EFICAZ DE FINO TRATO. IDEAL PARA HIGIENIZAR E ENXUGAR PIAS, AZULEJOS, ESPELHOS E	6,85	61,65

			JANELAS		
128	UND	10	LIXEIRA COM TAMPA E ACIONADOR EM PEDAL, CAPACIDADE 5 LITROS, MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE.	10,93	109,30
129	UND	20	APARADOR DE PORTA CONTRA INSETOS E POEIRAS, DUPLO, MEDIDA APRXIMADAMENTE 70 CM, MATERIAL IMPERMEÁVEL.	18,00	360,00
130	UND	20	POTES PLÁSTICO PARA BOLACHA LIVRE DE BPA, COM TAMPA ROSQUEÁVEL, CAPACIDADE APROXIMADA DE 2 LITROS.	18,80	376,00
131	UND	2	COLHER DE SOBREMESA EM AÇO INOXIDÁVEL, MEDIDAS APROXIMADAS 16,50 CM X 3,80 CM X 1,90 CM, COM 12 UNIDADES	48,60	97,20
132	UND	1	PANELA DE PRESSÃO COM FUNDO TRIPLO (AÇO INOX + ALUMÍNIO+ AÇO INOX), COM CABO DE BAQUELITE ANTITÉRMICO, TAMPA DE ALUMÍNIO COM ACABAMENTO EXTERNO POLIDO. CAPACIDADE 03 LITROS, COM VÁLVULA REMOVÍVEL, VÁLVULA CONTROLADORA DE PRESSÃO E VÁLVULA DE SEGURANÇA REPETITIVA. BORRACHA PARA TAMPA DA PANELA DE PRESSÃO PARA TROCA.	125,00	125,00
133	UND	20	PRATO PLÁSTICO FUNDO, TAMANHO PEQUENO, DIVERSAS CORES.	3,55	71,00
134	UND	3	CANECA TIPO LEITERA DE ALUMÍNIO CAPACIDADE DE 1 LITRO COM CABO PLÁSTICO	20,50	61,50
135	UND	15	VASILHAS DE PLÁSTICO COM TAMPA, CONTENDO CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 L E CORES DIVERSAS.	19,00	285,00
136	UND	3	CORTADOR/PICADO DE LEGUMES MODELO CABRITA, EM ALUMÍNIO FUNDIDO, PINTURA ELETROSTÁTICA, LÂMINA EM AÇO INOXIDÁVEL 08 OU 10MM, MEDIDAS APROXIMADAS 27C x 17L x 43A CENTÍMETROS	137,45	412,35
137	UND	12	AVENTAL DE SEGURANÇA TIPO AÇOGUEIRO, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO, COM FORRO, CORES DIVERSAS, COM TIRAS NO PESCOÇO E DUAS NA CINTURA PARA FECHAMENTO E RESISTENTE.	42,00	504,00
138	UND	12	AVENTAL DE COZINHA, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO, SEM FORRO, CORES DIVERSAS, COM TIRAS NO PESCOÇO E DUAS NA CINTURA PARA FECHAMENTO E RESISTENTE.	16,89	202,68
139	UND	20	ESCOVA DE CABELO MATERIAL DO CABO PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS FLEXÍVEL, DESEMBARAÇANTE.	8,44	168,80
140	UND	12	COADOR DE CAFÉ, MATERIAL FLANELA, TAMANHO GRANDE, APLICAÇÃO PARA BULE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CABO	8,99	107,88
141	UND	12	COADOR DE CAFÉ, MATERIAL FLANELA, TAMANHO MÉDIO, APLICAÇÃO PARA BULE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CABO	7,29	87,48
142	UND	3	ESPÁTULA SILICONE, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL E SILICONE, DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO 25,5C X 4,3L CENTÍMETROS	19,71	59,13
143	UND	3	BATEADOR TIPO FOUET EM AÇO INOXIDÁVEL, MEDIDA APROXIMADA DE 30 CM.	23,34	70,02
144	UND	6	PENEIRA 18 CM COM SUPORTE PARA ACOMODAÇÃO EM PANEIS E TRAVESSAS, SUPORTA ALTAS E BAIXAS TEMPERATURAS, MATERIAL DE INOX RESISTENTE E	22,45	134,70

			FLEXÍVEL, FÁCIL MANUSEIO.		
145	UND	6	FILTRO PERMANENTE PARA CAFÉ 102	4,62	27,72
146	UND	10	FILTRO PERMANENTE PARA CAFÉ 103	4,19	41,90
147	UND	6	PENEIRA DE AÇO INOX CABO PLÁSTICO 10 CM	4,99	29,94
148	UND	5	RALADOR E FATIADOR DE LEGUMES DUPLA FACE 2 EM 1 PARA PREPARAR LEGUMES COM O CORTE EM FIOS.	14,20	71,00
149	UND	6	DESCASCADOR DE ALIMENTOS EM AÇO INOX	9,38	56,28
150	UND	4	TRITURADOR CORTADOR ALHO CEBOLA PROCESSADOR ALIMENTOS MANUAL COM 3 LÂMINAS	9,90	39,60
151	UND	4	COPO MEDIDOR 500ML	8,27	33,08
152	UND	8	ESCUMADEIRA	19,00	152,00
153	UND	6	COLHER GRANDE INOX	5,99	35,94
154	UND	2	GARFO GRANDE INOX	3,98	7,96
155	UND	2	PANELA DE PRESSÃO 4 LITROS COM REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO EM ANTIADERENTE	134,00	268,00
156	UND	4	RODINHO DE PIA	6,70	26,80
157	UND	6	POTE DE PLÁSTICO PARA MANTIMENTO 5 LITROS	15,90	95,40
158	UND	1	FRUTEIRA DE CHÃO	120,00	120,00
159	UND	8	ACENDEDOR DE FOGÃO	15,60	124,80
160	UND	4	POTES PARA FRIOS	19,00	76,00
161	UND	10	AVENTAL DE TECIDO	37,99	379,90
162	UND	5	LUVA TÉRMICA PARA COZINHA	30,00	150,00
163	UND	20	FORMINHA DE PÃO DE QUEIJO	30,33	606,60
164	UND	3	PORTA PÃO	37,87	113,61
165	UND	3	PORTA BOLO REDONDO	28,05	84,15
166	UND	4	FUE MÉDIO	19,28	77,12
167	UND	4	FUE GRANDE	20,00	80,00
168	UND	3	PINCEL PARA UNTAR	14,91	44,73
169	UND	4	ESPÁTULA MÉDIA DE SILICONE	18,17	72,68
170	UND	3	PANELA DE PRESSÃO 5 LITROS	129,99	389,97
171	UND	5	MALETA ORGANIZADORA COM DIVISÓRIAS E ALÇA MEDIDAS APROXIMADAS 23CM LARGURA 22 CM ALTURA 37CM DE COMPRIMENTO	80,38	401,90
172	UND	2	CANECA DE ALUMÍNIO 3 LITROSCANECA DE ALUMÍNIO 3 LITROS	60,98	121,96

- 01) Conferir a documentação de habilitação, inclusive o item 5.2.3 para as microempresas.
02) As empresas licitantes deverão seguir todas as Regras e exigências estabelecidas Neste Edital e seus anexos, inclusive o Termo de Referência.
03) A execução do contrato/documento equivalente será acompanhada e fiscalizada por servidores efetivos representantes do Município especialmente designados pelo Prefeito conforme portaria 101/2024 de 07/03/2024.

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:
FISCAL: MICHELLE PERES DOS SANTOS
CPF: 040.795.479-19

GESTOR: ROSÂNGELA GALIOTTI DE FREITAS
CPF: 768.910.629-34

SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL
FISCAL: LILIAN LORAIN SCHNEIDER
CPF: 070.538.379-20

GESTOR: LILIAN MOREIRA DA CRUZ GOUVEIA
CPF: 049.881.209-02

SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
FISCAL: LIDIANE CRISTINA DE SOUZA OLIVEIRA
CPF: 080.499.319-00
GESTOR: SONIA TEREZINHA BALISTA GOUVEIA ESCHEMBACH
CPF: 877.217.599-00

04) As empresas licitantes devem cumprir a legislação vigente ao seu ramo de atuação, caso a mesma não cumpra a mesma será denunciada pela administração municipal ao seu órgão responsável para fiscalização.

05) Todas as exigências contidas no Anexo VI - Termo de Referência são obrigatórias.

OBSERVAÇÃO 01: EXIGÊNCIA DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA A PARTIR DE 01/12/2010 CONFORME PROTOCOLO DE ICMS 191, 192 E 193/2010.

OBSERVAÇÃO 02: AS NOTAS FISCAIS DEVERÃO SER EMITIDAS EM NOME DO "MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PR".

OBSERVAÇÃO 03: MANDAR O ARQUIVO DE NOTA FISCAL PARA CONTABILIDADE EM PDF e XML compras@sjpatrocinio.pr.gov.br.

Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos conforme as exceções legais, ou
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

- A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

- A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

ANEXO II

PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 019/2024

MODELO DE PROPOSTA AJUSTADA (uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de PREGÃO (ELETRÔNICO) nº 019/2024 em epígrafe que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PR**, em atendimento as Secretarias e Departamentos do Município, conforme segue:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total
1	XX	XX	XX	XX	R\$	R\$

Informar Valor total R\$...

- 1) Prazo de validade da proposta de ____ (mínimo de 60 sessenta dias), a contar da data de abertura do certame.
- 2) Garantimos que os produtos serão substituídos, sem ônus para a entidade de licitação, caso não estejam de acordo às especificações e padrões exigidos.
- 3) Garantia mínima dos produtos acima descritos é de 12 meses.
- 4) Declaramos que nos preços contidos na proposta que vierem a ser ofertados por meio de lances, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.
- 5) Informar os seguintes Dados Bancários, a fim de agilizar os possíveis pagamentos:

Banco: _____
Agencia: _____
Conta Corrente: _____

Razão Social da Empresa Licitante:

CNPJ:

Endereço:

Telefone/fax:

Caso seja a empresa vencedora os pagamentos, vão ser depositados, na conta informada.

Local, (data)

Assinatura do Responsável Legal

ANEXO – III
PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 019/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)

À pregoeira e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de **São Jorge do Patrocínio**, Estado do Paraná

PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 019/2024

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (***Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.**)

1) Declara que CUMPRE todos os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias do PREGÃO (ELETRÔNICO) nº **019/2024** do Município de **São Jorge do Patrocínio**, -PR.

2) Declara que está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, referente ao PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº **019/2024**, nas quantidades e nos prazos previstos e que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos

3) Declara que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no PREGÃO (ELETRÔNICO) nº **019/2024** do Município de **São Jorge do Patrocínio**, -PR, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.

4) Declara atende aos requisitos de habilitação, e o que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021)

5) Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição

6) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal

7) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

8) Declara, para os fins que a empresa **não foi declarada inidônea por nenhum órgão público** de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

9) Declara que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores

10) Declara, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

11) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

12) Declara que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009

13) Declara, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e

CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do contrato.**

14) Declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma

15) Declara, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

16) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

17) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

..... de 20xx
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

DECLARAÇÃO contendo informações para fins de assinatura do contrato.

Razão Social da proponente: _____,

CNPJ nº _____,

Endereço _____ n.º _____,

Bairro _____ CEP: _____,

Cidade _____, Estado _____,

Inscrição Estadual nº _____,

Inscrição Municipal/ISS (alvará) nº _____,

Nº do telefone _____ Nº de fax da empresa _____,

Nome do representante legal autorizado para assinatura do contrato.

Função do representante legal, _____

Endereço do representante legal, _____ n.º _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____, Estado _____,

RG nº _____ Órgão emissor _____

CPF nº _____

E-mail _____

_____, _____ de _____ 2023.

Assinatura e Identificação do Responsável da Empresa

OBS: Este documento deverá ser apresentado junto com a documentação de Habilitação

OBS: A não apresentação desse formulário não implica na inabilitação da licitante.

ANEXO – V
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 019/2024

MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Carlos Spanhol, 164 - Centro, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 77.870.475/0001-63, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o SR **XXXXXXX**, brasileiro, solteiro, Agente Político, residente e domiciliado, na cidade de **XXXXXX** Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º **XXXXXX**-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º **XXXXXXXXXX**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, -----, Pessoa jurídica de direito privado, situada à -----, -----, na cidade de -----, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º -----, e no ICMS sob o nº -----, neste ato representada por seu sócio Administrador: -----, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º -----, inscrito no CPF/MF sob n.º -----, residente e domiciliado à -----, -----, na cidade de -----, denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do* PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 019/2024 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. DO OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1** O objeto do presente contrato é **AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PR**
- 1.2** Objeto da contratação:

Item	Descrição dos Produtos	Und.	Qnt.	MARCA	Valor Unt (R\$)	Valor Total (R\$)

- 1.3** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 O Termo de Referência;
1.3.2 O Edital da Licitação;
1.3.3 A Proposta do contratado;
1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. REGIME DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO (art. 92, IV)

- 2.1.** O Fornecimento dar-se-á sob a forma PARCIAL, de acordo com a necessidade da SECRETARIA DEMANDANTE, com prazo de **02 (dois) dias para entrega**. Sendo somente pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues.
- 2.2.** NÃO HÁ FATURAMENTO MINIMO PARA PEDIDOS.
- 2.3.** O prazo de entrega dos bens é de 02 (dois) dias, contados da solicitação efetuada por E-mail ou telefone, pela secretaria demandante.
- 2.4.** Os itens deverão ser entregues nos seguintes endereços constantes nas solicitações emitidas pelo setor requisitante, nos horários das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00h.
- 2.5.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 2.6.** O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 6 (seis) meses, ou dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 2.7.** No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 06 (seis) meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

- 2.8. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 2.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 2.10. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 2.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 2.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3. DA VIGÊNCIA:

- 3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS (art. 92, VII e XVIII)

- 4.1. A responsabilidade pela gestão do presente contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados por ato administrativo próprio do contratante, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 9º do Decreto nº 38, de 28 de março de 2023.
- 4.2. A responsabilidade pela fiscalização do presente contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados por ato administrativo próprio do contratante, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 10, 11 e 12 do Decreto nº 38, de 28 de março de 2023.
- 4.3. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

- 6.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento objeto da presente contratação, o valor TOTAL de R\$... (...).
- 6.2. O pagamento será efetuado na forma de crédito em conta corrente da licitante vencedora no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da certificação da nota fiscal eletrônica pelos gestores do contrato, que deverá ser emitida após recebimento.
- 6.3. O CONTRATANTE não se responsabilizará por despesa que venha ser efetuada pela CONTRATADA que não tenha sido expressamente acordada no presente contrato.
- 6.4. Para fins de pagamento deverá ser verificada a regularidade da contratada junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF. Não sendo possível a verificação, a CONTRATADA encaminhará nota fiscal eletrônica ao setor de contabilidade, acompanhada das seguintes certidões:
 - 6.4.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 6.4.2. Certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da

contratada;

6.4.3. Certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da contratada;

6.4.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

6.4.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

6.6. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

6.7. O valor constante no item 6.1 é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7. REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA ou outro índice que apresente maior vantajosidade para a administração pública, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. Para solicitação de reajuste, deve-se atentar para a cláusula de reajuste de preços constante no Termo de referência do Edital.

8. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

8.1 Diante da hipótese de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial do contrato, os preços

contratados poderão ser revistos, de acordo com as regras estabelecidas na legislação.

8.2 O reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

- c) Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.
- d) Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe.

8.3 Para solicitar o reequilíbrio **não poderão haver empenhos com pendência de entrega referentes aos itens objetos do pedido.**

8.4 Os pedidos de reequilíbrio **não suspendem a entrega de itens já empenhados.** Os pedidos de reequilíbrio analisados, serão considerados para os pedidos posteriores a decisão final da Autoridade Competente.

8.5 Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a **CONTRATADA** deverá apresentar no Setor de Compras e Licitações, de preferência via e-mail: licitacaosaojorge@gmail.com, toda documentação abaixo:

- a) Planilha de Custos informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) **produto(s)** contratados e o preço a ser reequilibrado, conforme modelo simplificado abaixo:

PREÇO CONTRATADO		
Descrição do produto		
A	Valor registrado no Contrato ou ARP	R\$ 0,00
B	Custo Unitário (NF nº Data/...../.....)	R\$ 0,00
C	Total de impostos/tributos%	R\$ 0,00
D	Total de custos fixos%	R\$ 0,00
VALOR FINAL (VF) = A – (B + C + D)		
E	Margem de lucro	%
MARGEM DE LUCRO (%) = [(RECEITA – CUSTO TOTAL)/RECEITA X 100]		
<i>Onde:</i>		
RECEITA = VALOR FINAL (VF)		
CUSTO TOTAL = Soma do valor pago no item, do imposto/tributo e do custo fixo (B + C + D)		
PREÇO ATUALIZADO		
Descrição do produto		
A	Valor registrado no Contrato ou ARP	R\$ 0,00
B	Custo Unitário (NF nº Data/...../.....)	R\$ 0,00
C	Total de impostos/tributos%	R\$ 0,00
D	Total de custos fixos%	R\$ 0,00
VALOR FINAL (VF) = A – (B + C + D)		
E	Margem de lucro	%
MARGEM DE LUCRO (%) = [(RECEITA – CUSTO TOTAL)/RECEITA X 100]		
<i>Onde:</i>		
RECEITA = VALOR FINAL (VF)		
CUSTO TOTAL = Soma do valor pago no item, do imposto/tributo e do custo fixo (B + C + D)		

- b) Cópias das notas fiscais referentes ao mês de julgamento da licitação, informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) produto(s) contratado(s), bem como cópia das notas fiscais referentes ao período de realização do pedido
- c) O valor reequilibrado nunca deverá ser superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

- d) Cópias das certidões vigentes: i) Certificado de regularidade do FGTS; ii) Certidão de débitos Trabalhista; **iii)** Certidão de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **iv)** Certidão relativos a débitos tributários e dívida ativa Estadual; **v)** Certidão de débitos relativos a débitos tributários e dívida ativa municipal; **vi)** Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEPR - no site <http://www1.tce.pr.gov.br/> (Consulta de Impedidos de Licitar); **vii)** Tribunal de Contas da União - TCU em consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne os resultados das certidões no TCU - Licitantes Inidôneos; CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

8.5.1 Na ausência de um dos documentos elencados acima, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro NÃO SERÁ RECEBIDO.

- 8.6** A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo ao Município a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 8.7** A análise de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro compete ao gestor do contrato, nos termos do art. 9º, II, do Decreto nº 38, de 28 de março de 2023.
- 8.8** **A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.**
- 8.9** Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro apresentados pela contratada devem ser respondidos no prazo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de apresentação do pedido (protocolo).
- 8.10** Se o CONTRATADO não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será **INDEFERIDO** pelo Município e o contratado continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
- 8.11** Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a **CONTRATADA** deverá apresentar, a cada mês, Planilha de Custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedor(es).
- 8.12** O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas Planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação contornável, através da troca de fornecedores por parte da Empresa, será considerado injustificado o pedido, mantendo-se os valores originais.
- 8.13** A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagirá a ordens de fornecimento já emitidas.
- 8.14** **O novo preço só terá validade após celebração de termo aditivo e não terá efeito retroativo.**
- 8.15** Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

9. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

- 9.1.** Os pagamentos decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias desta Prefeitura, próprios da secretaria abaixo listada, prevista para este exercício, podendo ser alterados mediante termo aditivo de acréscimo de dotação orçamentaria. Sendo:

ÓRGÃO	UNIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	DESPESA REDUZIDO

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

10.1. São obrigações da **CONTRATANTE**, além das previstas neste Contrato, decorrentes da natureza do ajuste, as seguintes (**art. 92, X, XI e XIV**):

- 10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 10.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**;
- 10.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 10.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 10.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 10.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 10.1.9.1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *30 (trinta) dias*.
- 10.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 10.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. São obrigações da **CONTRATADO**, além das previstas neste Contrato, decorrentes da natureza do ajuste, as seguintes (**art. 92, XIV, XVI e XVII**):

- 10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 10.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (**Lei nº 8.078, de 1990**);
- 10.2.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (**art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021**) e prestar todo esclarecimento ou informação

por eles solicitados;

- 10.2.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.2.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.2.8.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.2.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.2.10.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 10.2.11.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.2.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.2.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.2.14.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.2.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.2.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 10.2.17.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 10.2.18.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 10.2.19.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 10.2.20.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.2.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.2.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO:

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART.92,XIV):

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- Multa:**
 - moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
 - compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento

eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *07 (sete)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART.92, XIX):

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixada para o contrato.

13.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 13.2.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.2.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.2.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.3.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 13.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.3.3.** Indenizações e multas.
- 13.4.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.5.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021).

14. DA GARANTIA DO PRODUTO:

- 14.1.** A contratada deverá oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses contra quaisquer defeitos de fabricação.
- 14.2.** Durante o período de garantia do equipamento, a empresa contratada deverá responsabilizar-se pela embalagem, retirada, devolução/reinstalação do equipamento se for o caso, bem como encargos relacionados ao atendimento em garantia do produto sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO**;
- 14.3.** Caso o equipamento instalado apresente defeito de fabricação irrecuperável a empresa contratada deverá providenciar a troca do mesmo no prazo máximo de 05 (cinco) dias.
- 14.4.** No caso de substituição dos equipamentos, as novas unidades terão os mesmos prazos de garantia originalmente dados aos substituídos, a contar da data do recebimento definitivo.
- 14.5.** Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, serão de inteira responsabilidade da contratada.
- 14.6.** **Essa cláusula aplica-se apenas a equipamentos e material permanente.**

15. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS:

- 15.1.** Este contrato é regido pelas disposições expressas na **Lei nº 14.133/21**, suas alterações posteriores e outras normas aplicáveis. De forma subsidiária, também se aplicam as disposições contidas na **Lei nº 8.078**, de 11.09.1990, conhecida como o **Código de Defesa do Consumidor**, bem como no **Código Civil Brasileiro** e em outros regulamentos relacionados ao objeto, inclusive na resolução de casos omissos.

16. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:

- 16.1.** Fica assegurado ao **MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO**, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- 16.2.** A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 16.3.** Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente

indicará expressamente os atos a que ela se estende.

- 16.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 16.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 16.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- 16.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 16.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito do **MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO**.

17. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

- 17.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma

18. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

- 18.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 18.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 18.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 18.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 18.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 18.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 19.1. Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:
 - 19.1.1. A CONTRATADA não poderá ceder a terceiros as obrigações oriundas deste contrato, sem prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE.
 - 19.1.2. Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre o fornecimento objeto deste Contrato.
 - 19.1.3. A abstenção por parte do MUNICÍPIO da utilização de quaisquer direitos ou faculdade que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei não importará em renúncia destes mesmos

direitos ou faculdades que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

19.1.4. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

20. DAS ALTERAÇÕES:

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

21. DA SUCESSÃO E DO FORO:

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Altônia-PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São Jorge do Patrocínio - PR, ... de ... de 2024.

Prefeito Municipal

Sócio Administrador

Testemunhas:

- 1.
- 2.

*** Se necessário a presente minuta será alterada para eventual adequação a legislação vigente.**

ANEXO VI

TERMO DE REFERÊNCIA

Em atenção ao disposto na Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações), vimos por meio desta requerer a abertura de Processo Licitatório, modalidade PREGÃO, nos termos a seguir elencados.

1. Órgão Solicitante

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde.

2. Modalidade SRP (Sistema de Registro de Preços) ou Comum?

() Sistema de Registro de Preços

(x) Contratação Comum

3. Definição do Objeto

AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PR.

4. Especificação dos Produtos

ITEM	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
1	UNID	18	ABRIDOR DE LATAS, MANUAL, EM AÇO INOX, MEDINDO APROXIMADAMENTE 15 CM.	R\$ 20,25	R\$ 364,50
2	PCT	14	AÇUCAREIRO DE PLASTICO RESISTENTE, PEQUENO	R\$ 15,00	R\$ 210,00
3	UNID	10	AFIADOR DE FACAS DIAMANTADO	R\$ 26,80	R\$ 268,00
4	UND	8	AMASSADOR DA BATATAS EM INOX	R\$ 24,45	R\$ 195,60
5	UND	16	ASSADEIRA DE ALUMÍNIO RETANGULAR NÚMERO 05, MEDIDAS: 44 CM X 31 CM X 5,5 CM	R\$ 58,95	R\$ 943,20
6	UND	34	ASSADEIRA DE ALUMÍNIO RETANGULAR NÚMERO 05, MEDIDAS: 47 CM X 34 CM X 7,0 CM.	R\$ 65,00	R\$ 2.210,00
7	UND	21	ASSADEIRA MARINEX EM VIDRO COM TAMPA 3,7 LITROS	R\$ 59,49	R\$ 1.249,29
8	UND	27	ASSADEIRA MARINEX EM VIDRO COM TAMPA 5 LITROS	R\$ 70,00	R\$ 1.890,00
9	PCT	12	ASSADEIRA PARA BOLO COM FURO CENTRAL TAMANHO 26 CM	R\$ 40,97	R\$ 491,64
10	UND	33	BACIA DE PLÁSTICO RESISTENTE, COM 35 CM DE DIÂMETRO E 15 CM DE ALTURA, COR BRANCA OU TRANSPARENTE.	R\$ 18,80	R\$ 620,40
11	UND	30	BACIA DE PLÁSTICO RESISTENTE, COM 45 CM DE DIÂMETRO E 20 CM DE ALTURA, COR BRANCA OU TRANSPARENTE.	R\$ 32,40	R\$ 972,00
12	UND	30	BACIA DE PLÁSTICO RESISTENTE, COM 60 CM DE DIÂMETRO E 20 CM DE ALTURA, COR BRANCA OU TRANSPARENTE.	R\$ 55,25	R\$ 1.657,50
13	UND	44	BALDE PLASTICO DE 20L	R\$ 19,90	R\$ 875,60
14	UND	12	BANDEJA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE OU POLIPROPILENO, COR BRANCA, ALTURA 3,5 X LARGURA 18,0 X COMPRIMENTO 30,0 CM	R\$ 30,00	R\$ 360,00
15	UND	12	BANDEJA EM AÇO INOX, RETANGULAR, MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,7 MM X 40 CM X 27 CM.	R\$ 89,00	R\$ 1.068,00
16	UND	8	BANDEJA RETANGULAR AÇO INOX, 48 CM	R\$ 28,02	R\$ 224,16
17	UND	10	BORRACHA LÁTEX PARA PAINEL DE PRESSÃO, 10 LITROS	R\$ 8,16	R\$ 81,60
18	UND	23	BORRIFADOR DE ÁGUA 1 LITRO.	R\$ 11,27	R\$ 259,21

19	UND	6	CAÇAROLA PANELA GRANDE Nº38 INDUSTRIAL RESTAURANTE COM TAMPA 19 LITROS: QUALIDADE E DURABILIDADE COMPROVADA. DETALHES COM TAMPA; ACABAMENTO FOSCO; GRAU DE PUREZA DO MATERIAL 99,85%.	R\$ 165,00	R\$ 990,00
20	UND	6	CAÇAROLA PANELA GRANDE Nº45 INDUSTRIAL RESTAURANTE COM TAMPA 31 LITROS: QUALIDADE E DURABILIDADE COMPROVADA. DETALHES COM TAMPA; ACABAMENTO FOSCO; GRAU DE PUREZA DO MATERIAL 99,85%.	R\$ 329,00	R\$ 1.974,00
21	UND	32	CAIXA ORGANIZADORA DE PLÁSTICO COM TAMPA E TRAVA, CONTENDO CAPACIDADE MÍNIMA DE 56 L TRANSPARENTE	R\$ 75,70	2.422,40
22	UND	40	CAIXA ORGANIZADORA DE PLÁSTICO COM TAMPA E TRAVA, CONTENDO CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 L TRANSPARENTE	R\$ 67,40	2.696,00
23	UND	22	CAIXA ORGANIZADORA DE PLÁSTICO COM TAMPA E TRAVA, CONTENDO CAPACIDADE MÍNIMA DE 90 L TRANSPARENTE.	R\$ 124,12	2.730,64
24	UND	45	CAIXA ORGANIZADORA RATTAN COM TAMPA (G), TAMANHO 20X 29,5 X 42 CM, 20 LTS, COR A DEFINIR	R\$ 42,54	1.914,30
25	UND	34	CAIXA ORGANIZADORA RATTAN COM TAMPA (M), TAMANHO 19 X 29 X 14 CM, 7 LTS, COR A DEFINIR	R\$ 24,23	823,82
26	UND	31	CAIXA ORGANIZADORA RATTAN COM TAMPA (P), TAMANHO 15 X 20 X 9,5 CM, 3 LTS (+/-), COR A DEFINIR	R\$ 15,08	467,48
27	UND	16	CAIXA TÉRMICA COOLER GRANDE ALÇA E DRENO 45 L SEM TERMOMETRO PRETA OU AZUL IGUAL OU SUPERIOR A MARCA MOR	R\$ 268,00	4.288,00
28	UND	14	CAIXA TÉRMICA COOLER GRANDE ALÇA E DRENO 75 L SEM TERMOMETRO PRETA OU AZUL IGUAL OU SUPERIOR A MARCA MOR	R\$ 390,00	R\$ 5.460,00
29	UND	5	CALDEIRÃO DE ALUMÍNIO BATIDO COM TAMPA E ALÇA COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS	R\$ 328,85	1.644,25
30	UND	2	CALDEIRÃO DE ALUMÍNIO BATIDO COM TAMPA E ALÇA COM CAPACIDADE PARA 40 LITROS	R\$ 263,50	R\$ 527,00
31	UND	25	CANECA DE ALUMÍNIO BATIDO E ALÇA DE MADEIRA, COM CAPACIDADE PARA 02 LITROS.	R\$ 48,05	R\$ 1.201,25
32	UND	8	CANECA DE ALUMÍNIO BATIDO E ALÇA DE MADEIRA, COM CAPACIDADE PARA 05 LITROS.	R\$ 58,90	R\$ 471,20
33	UND	33	CANUDO SIMPLES COM 100 UND.	R\$ 8,83	R\$ 291,39
34	UND	27	COLHER DE ARROZ DE AÇO INOX 32 CM	R\$ 22,40	R\$ 604,80
35	UND	23	COLHER DE PAU, EM MADEIRA TRATADA PARA USO EM ALIMENTOS, MEDINDO 60 CM.	R\$ 20,00	R\$ 460,00
36	UND	1	COLHER DE PLÁSTICO, TIPO ESCOLAR, KIT COM 12	R\$ 13,70	R\$ 13,70
37	UND	52	COLHER DE SOPA INOX MESA: KIT COM 12 UNIDADES D. 24,5X9,5X1,7	R\$ 55,00	R\$ 2.860,00
38	UND	25	CONCHA DE FEIJÃO AÇO INOX: PRODUZIDA COM MATERIAL QUE GARANTE A DURABILIDADE DO PRODUTO E A SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS. A PEÇA É PERFEITA TAMBÉM PARA SERVIR CALDOS, SOPAS E LENTILHAS, ALÉM DISSO, CONTA COM ALTA QUALIDADE, SENDO RESISTENTE À OXIDAÇÃO E PODENDO SER LEVADA A LAVA-LOUÇAS.	R\$ 21,99	R\$ 549,75
39	UND	39	CONJUNTO DE POTE DE PLÁSTICO, REDONDO, COM 3 PÇS, COM TAMPA DE ROSCA 500 ML CADA	R\$ 18,83	R\$ 734,37
40	UND	13	CONJUNTO JARRA E COPOS DE VIDRO, CONTENDO 01 JARRA COM CAPACIDADE MINIMA DE 2 LITROS, TRANSPARENTE DE	R\$ 106,00	R\$ 1.378,00

			FACIL LIMPEZA E ALTA RESISTENCIA E 06 COPOS DE VIDRO CILINDRICOS TRANSPARENTE COM CAPACIDADE MINIMA DE 300 ML, DE ALTA QUALIDADE		
41	CONJ	35	COPO DE VIDRO CILINDRO TRANSPARENTE COM CAPACIDADE MINIMA DE 300 ML. VIDRO RESISTENTE DE FACIL LIMPEZA DE ALTA QUALIDADE, CONJUNTO COM 6 UNIDADES	R\$ 39,10	R\$ 1.368,50
42	UND	620	COPO/CANECA PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: FABRICADO EM POLIPROPILENO, BMC OU SMC; VIRGEM DE 1º USO; COM ALÇA; PAREDES INTERNAS E EXTERNAS LISAS; SEM REENTRÂNCIAS OU RESSALTOS; FORMATO ARREDONDADO (PARA NÃO POSSIBILITAR O ACÚMULO DE RESÍDUOS); ATÓXICA E PIGMENTAÇÃO HOMOGÊNEA EM TODA A PEÇA, CONFORME NORMAS DA ANVISA QUANTO A METAIS PESADOS; ACABAMENTO FOSCO OU MICROTEXTURIZADO; RESISTENTE À TEMPERATURA DE 100º CELSIUS, POR NO MÍNIMO 20 MINUTOS; COR “AMARELO ESCOLAR” – REFERÊNCIA 125Y7/12 (CARTELA MUNSELL (OU SIMILAR A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO); TOLERÂNCIA +/-10%; DURABILIDADE MÍNIMA DE 3 ANOS; SER PASSÍVEL DE SER RECICLADO MECANICAMENTE AO FIM DE SUA VIDA ÚTIL. CAPACIDADE DE 300 ML.; 85MM DE ALTURA; 3MM DE ESPESSURA; 1,5CM DE LARGURA DA ALÇA; DIÂMETRO: 77MM (BOCA), 50MM (BASE), 200MM (EXTENSÃO).	R\$ 4,98	R\$ 3.087,60
43	UND	10	ESCORREDOR DE MASSA EM AÇO INOX: COM O PASSADOR PARA MASSA QUE ESCORRE A ÁGUA DE FORMA PRÁTICA E SEGURA, SEM DESPERDÍCIOS OU PERIGO DE AQUECIMENTO DO MATERIAL. FEITO EM AÇO INOX, O PRODUTO É RESISTENTE E NÃO POSSUI POROSIDADES, O QUE EVITA O ACÚMULO DE RESÍDUOS NOS ORIFÍCIOS DO UTENSÍLIO E TORNA A SUA LIMPEZA MUITO FÁCIL. ALÉM DISSO, TEM ALÇAS QUE FACILITAM O MANUSEIO	148,00	1.480,00
44	UND	9	ESCORREDOR INOX PARA PRATOS, TAMANHO GRANDE	124,50	1.120,50
45	UND	19	ESCOVA DE LAVAR MAMADEIRA MÉDIA	20,81	395,39
46	UND	53	FACA AÇO INOX DE MESA EM ALUMINIO COM 12 UNIDADES	43,01	2.279,53
47	UND	23	FACA AÇO INOX DE SERRA EM ALUMINIO, PARA PÃO	23,79	547,17
48	UND	8	FACA DE DESOSSAR – MATADOURO 6 POLEGADAS	31,89	255,12
49	UND	17	FACA P/ CORTE DE LEGUMES: PROFISSIONAL; LÂMINA AÇO INOX 5”; CABO BRANCO	22,64	384,88
50	UND	12	FORMA PARA CONFECCÃO DE OVO DE PÁSCOA: MÉDIA	14,35	172,20
51	UND	30	FORMA PARA PÃO 30X12,5X7CM (MATERIAL ALUMÍNIO, POLIDO RETANGULAR)	23,00	690,00
52	UND	14	FRIGIDEIRA ANTIADERNTE PEQUENA 16 CM	43,05	602,70
53	UND	52	GARFO AÇO INOX DE MESA, KIT 12 UNIDADES	50,96	2.649,92
54	UND	17	GARRAFA TERMICA COM 06 LITROS E TORNEIRA MATERIAL PLÁSTICO, RESISTENTE SUPERIOR A TERMOLAR	174,00	2.958,00
55	UND	16	GARRAFA TERMICA COM 10 LITROS E TORNEIRA MATERIAL PLÁSTICO, RESISTENTE SUPERIOR A TERMOLAR	146,26	2.340,16
56	UND	33	GARRAFA TÉRMICA DE CAFÉ, CAPACIDADE DE 01 LITRO APRESENTA CORTA-GOTA (EXCLUSIVO SISTEMA ANTI-PINGOS), ALÇA ACOPLADA NA BOMBA E DESIGN COMPACTO	144,00	4.752,00

			POR FORA E GRANDE POR DENTRO. ALÉM DISSO, POSSUI REVESTIMENTO DE INOX, TAMPA COM BOMBA.		
57	UND	44	GARRAFA TÉRMICA DE CAFÉ, CAPACIDADE DE 02 LITROS APRESENTA CORTA-GOTA (EXCLUSIVO SISTEMA ANTI-PINGOS), ALÇA ACOPLADA NA BOMBA E DESIGN COMPACTO POR FORA E GRANDE POR DENTRO. ALÉM DISSO, POSSUI REVESTIMENTO DE INOX, TAMPA COM BOMBA.	193,81	8.527,64
58	UND	22	GARRAFÃO TÉRMICA, MATERIAL EXTERNO PLÁSTICO RESISTENTE, TAMPA ROSQUEAVEL COM 5L. REF. IGUAL OU SUPERIOR TERMOLAR	42,00	924,00
59	UND	10	INFLADOR COMPRESSOR BOMBA ELETRICA DE 1200W, BIVOLT 110/220V, PARA INFLAR BALÕES E BEXIGAS. ALTURA: 30 CM, LARGURA 20CM, PRESSÃO MÁXIMA: 3,65PSI SUPERIOR A MARCA CYCLON	150,50	1.505,00
60	UND	39	JARRA COM TAMPA DE PLÁSTICO PARA BEBIDAS DE 4 L.	27,99	1.091,61
61	UND	66	JARRA DE PLASTICO RESISTENTE PARA ÁGUA 02 LITROS	14,90	983,40
62	UND	28	JARRA DE VIDRO PARA ÁGUA OU SUCO DE 02 LITRO, COR TRANSPARENTE, FACIL LIMPEZA, PESANDO APROXIMADAMENTE 1000 KG, DE ALTA QUALIDADE.	43,99	1.231,72
63	UND	12	JOGO DE MANTIMENTOS EM ALUMÍNIO POLIDO, COMPOSTO DE 5 PEÇAS (POTES)TAMANHOS 22CM, 20CM, 18CM, 16CM, 14CM DE DIÂMETRO	96,12	1.153,44
64	UND	7	JOGO DE XICARA PARA CAFÉ COM PIRES EM VIDRO TRANSPARENTE, 80 ML COM 6 UNIDADES. CAIXA COM 06 UNIDADES	59,37	415,59
65	UND	15	KIT PLASTICO DIVERSAS CORES, COM 3 PEÇAS PARA PIA, COM LIXEIRA C/ TAMPA, PORTA DETERGENTE E PORTA SABÃO/BUCHA.	20,00	300,00
66	UND	31	LIXEIRAS PLASTICA DIVERSAS CORES COM TAMPA DE 100L.	116,95	3.625,45
67	UND	46	LIXEIRAS PLASTICA DIVERSAS CORES COM TAMPA DE 50L.	91,40	4.204,40
68	UND	12	PANELA DE ALUMÍNIO C/TAMPA COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS;	84,50	1.014,00
69	UND	12	PANELA DE ALUMÍNIO FUNDIDO C/TAMPA CAPACIDADE PARA 20 LITROS, ALÇA DE ALUMINIO	197,67	2.372,04
70	UND	4	PANELA DE ALUMÍNIO FUNDIDO C/TAMPA CAPACIDADE PARA 40 LITROS, ALÇA DE ALUMINIO	169,33	677,32
71	UND	8	PANELA DE PRESSÃO 10 LITROS	345,73	2.765,84
72	UND	7	PANELA DE PRESSÃO 20 LITROS	409,50	2.866,50
73	UND	24	PEGADOR DE SALADA, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM 28 CM DE COMPRIMENTO.	24,99	599,76
74	UND	8	PIPOQUEIRAS CAPACIDADE EM VOLUME: 3.8 L MATERIAL DA ALÇA: BAQUELITE, MATERIAL DA PANELA DE COZINHA: ALUMÍNIO MATERIAL DA TAMPA: VIDRO	74,50	596,00
75	UND	24	PIREX DE VIDRO COM TAMPA, TIPO ASSADEIRA RETANGULAR, DIMENSÕES APROXIMADAMENTE: 41X38X27 CM CAPACIDADE 5 LITROS	71,66	1.719,84
76	UND	22	PORTA DETERGENTE, SABÃO E BUCHA DE PLÁSTICO SIMPLES PARA PIA COZINHA	16,45	361,90
77	UND	9	PORTA TALHERES, COM TAMPA E PLASTICO REFORÇADO	24,99	224,91
78	UND	37	POTE DE PLÁSTICO LISO/DECORADO, REDONDO, 1,700 ML, COM TAMPA DE ROSCA	19,79	732,23
79	UND	41	POTE DE PLÁSTICO LISO/DECORADO, REDONDO, 750 ML,	11,45	469,45

			COM TAMPA DE ROSCA		
80	UND	200	PRATO DE PAPELÃO Nº 3	27,00	5.400,00
81	UND	200	PRATO DE PAPELÃO Nº 4	30,48	6.096,00
82	UND	200	PRATO DE PAPELÃO Nº 5	44,99	8.998,00
83	UND	456	PRATO FUNDO PARA SOPA DE VIDRO LISO, INCOLOR, COM 22 CM DE DIÂMETRO X 4 CM DE ALTURA.	15,50	7.068,00
84	UND	45	PULVERIZADOR TIPO BOLINHA, 280ML	9,75	438,75
85	UND	20	RALADOR 4 FACES QUE OFERECE DIFERENTES CORTES, FATIANDO E RALANDO LEGUMES E VERDURAS EM FIOS GROSSOS, MÉDIOS E FINOS. VOCÊ MERECE O QUE HÁ DE MELHOR PARA O PREPARO DE SEUS ALIMENTOS	22,00	440,00
86	UND	46	REFRATÁRIO DE VIDRO QUADRADO COM TAMPA, COM CAPACIDADE APROX DE 2 LITROS D:21 X 10 CM DE ALTURA	55,00	2.530,00
87	UND	32	RELÓGIO DE PAREDE DE PLÁSTICO TAMANHO MÍNIMO DE 25CM X 04CM PROF. VIDRO EM ACRÍLICO, DESIGN SIMPLES E ELEGANTE, BORDA PRETA, FUNDO BRANCO COM NÚMEROS E PONTEIROS PRETO, COM USO 1 PILHA AA, EMBALAGEM - GARANTIA DE 12 MESES	63,00	2.016,00
88	PCT	10	SACO DE PAPEL DE 2 KG, COM 500 UNDS	48,40	484,00
89	PCT	33	SACO DE PAPEL PARA PIPOCA 2, NA COR BRANCA - PACOTE C/500 UNIDADES	46,25	1.526,25
90	UND	9	SALEIRO COM TAMPA EM PLÁSTICO - 500ML	16,00	144,00
91	UND	4	SOPEIRA DE PLÁSTICO COM TAMPA, 6,2 LTS, CORES DIVERSAS	31,04	124,16
92	UND	4	SUPORTE PARA TV TRI ARTICULÁVEL LCD/LED - PLASMA E LED 20" A 40". SUPORTA ATÉ 20KG	119,45	477,80
93	UND	17	TÁBUA PARA CORTAR CARNE, COR BRANCA E MATERIAL POLIPROPILENO DE TAMANHO APROXIMADO 30 CM X 20 CM	49,27	837,59
94	UND	18	TABUA PLÁSTICA PARA CARNE 50X30 CM	115,00	2.070,00
95	UND	10	TABULEIRO (ASSADEIRA EM ALUMÍNIO) RETANGULAR Nº 4 TAMANHO DE APROXIMADAMENTE*: 40 X 30 X 4CM	145,00	1.450,00
96	UND	19	TABULEIRO ALUMÍNIO DE PADARIA TAMANHO 58X68X3,5 CM: TABULEIRO DE ALUMÍNIO RETANGULAR BAIXO COM MATERIAL REFORÇADO IDEAL PARA BOLOS, TORTAS CONFEITARIAS, BISCOITOS, PÃES	169,00	3.211,00
97	UND	8	TABULEIRO EM ALUMÍNIO -MED. 46 X 32 X 4;	63,10	504,80
98	UND	4	TACHO - DE ALUMÍNIO, COM CAPACIDADE PARA 20 L, COM ALCAS	161,50	646,00
99	UND	4	TACHO - EM ALUMÍNIO, COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS, COM ALCA	164,50	658,00
100	UND	52	TIGELA DE VIDRO, REDONDA, COM TAMPA, COM CAPACIDADE APROXIMADAMENTE 1,5 LITROS	33,33	1.733,16
101	UND	43	VASILHA DE PLÁSTICO COM TAMPA, RETANGULAR TRANSPARENTE, 750 ML	6,84	294,12
102	UND	53	VASILHA DE PLÁSTICO COM TAMPA, RETANGULAR TRANSPARENTE, 1,200 ML	8,35	442,55
103	UND	58	VASILHAS DE PLÁSTICO COM TAMPA, CONTENDO CAPACIDADE MÍNIMA DE 3,5 L E CORES DIVERSAS.	13,80	800,40
104	UND	56	VASILHAS DE PLÁSTICO COM TAMPA, CONTENDO CAPACIDADE MÍNIMA DE 5 L E CORES DIVERSAS.	15,99	895,44
105	UND	44	VASILHAS DE PLÁSTICO COM TAMPA, CONTENDO	20,49	901,56

			CAPACIDADE MÍNIMA DE 7,5 L E CORES DIVERSAS.		
106	UND	45	VASILHAS DE PLÁSTICO QUADRADA CONTENDO 3 UNIDADES E 270 ML TRANSPARENTE.	11,31	508,95
107	UND	49	VASILHAS DE PLÁSTICO QUADRADA CONTENDO 3 UNIDADES E 500 ML.	17,99	881,51
108	UND	40	VASILHAS DE PLÁSTICO REDONDA CONTENDO 3 UNIDADES E 270 ML, TRANSPARENTE.	11,31	452,40
109	UND	40	VASILHAS DE PLÁSTICO REDONDA CONTENDO 3 UNIDADES E 500 ML.	17,99	719,60
110	UND	57	VASILHAS PLÁSTICAS REFORÇADAS COM TAMPA, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS	31,68	1.805,76
111	UND	3	PANELA DE PRESSÃO COM FUNDO TRIPLO (AÇO INOX + ALUMÍNIO+ AÇO INOX), COM CABO DE BAQUELITE ANTITÉRMICO, TAMPA DE ALUMÍNIO COM ACABAMENTO EXTERNO POLIDO. CAPACIDADE 25 LITROS, COM VÁLVULA REMOVÍVEL, VÁLVULA CONTROLADORA DE PRESSÃO E VÁLVULA DE SEGURANÇA REPETITIVA. BORRACHA PARA TAMPA DA PANELA DE PRESSÃO PARA TROCA.	625,00	1.875,00
112	UND	9	SUQUEIRA DE VIDRO CAPACIDADE MÍNIMA DE 4,5 L, FEITA EM VIDRO DE FÁCIL LIMPEZA, COM TORNEIRA PRÁTICA PARA A SAÍDA DAS BEBIDAS. COM CAPACIDADE PARA 4,5 LITROS. ESPECIFICAÇÕES: MATERIAL: VIDRO ACABAMENTO: VIDRO DIMENSÕES DO PRODUTO (COMP. X LARG.X ALT) CM: 19,5 X 22 X 52CM DIÂMETRO (CM): 19,5 CM. PESO DO PRODUTO (COM EMBALAGEM): 4,5 KG. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 SUQUEIRA. BENEFÍCIOS DO PRODUTO:1. PRODUTO EM VIDRO.2. MATERIAL DURÁVEL.3. TORNEIRA DE FÁCIL MANUSEIO. MATERIAL: VIDRO	169,57	1.526,13
113	UND	9	BOMBONIERE DE CRISTAL COM PÉ E TAMPA MEDIDAS APROXIMADAS DE 18X18X25 CM	67,45	607,05
114	UND	9	BOMBONIERE DE CRISTAL MEDIDAS APROXIMADAS DE 17,5X17,5X18 CM COM TAMPA	45,00	405,00
115	UND	9	CENTRO DE MESA DE CRISTAL COM PÉ, MEDIDAS APROXIMADAS DE 28,5X28,5X19CM	105,00	945,00
116	UND	9	BOLEIRA / PRATO PARA BOLO COM PÉ PEARL EM CRISTAL MEDIDAS APROXIMADAS DE 30 CM DE DIÂMETRO E 12 CM DE ALTURA.	81,30	731,70
117	UND	9	DESCASCADOR E BOLEADOR DE LEGUMES, DIMENSÕES APROXIMADAS 18 CM X 4 CM, CABO PLÁSTICO E LÂMINA EM ALUMÍNIO.	5,79	52,11
118	UND	30	BORRIFADOR MATERIAL PLASTICO, COR TRANSPARENTE, CAPACIDADE 500 ML, COM TRAVA, COM BICO BORRIFADOR, COM GUINCHO E PULVERIZACAO.	7,60	228,00
119	UND	30	MAMADEIRA EM POLIPROPILENO RESISTENTE, TRANSPARENTE, SEM DECORAÇÃO, COM ROSCA E TAMPA EM POLIPROPILENO, BICO AUTOCLAVÁVEL, GRADUADA, CAPACIDADE DE 240 A 300 ML	22,08	662,40
120	UND	30	BICO DE MAMADEIRA EM SILICONE FORMATO UNIVERSAL, MACIO, ATÓXICO, ANTIALÉRGICO, ESTERILZÁVEL, INODORO E RESITENTE A FERVURA.	13,48	404,40
121	UND	30	BICO DE MAMADEIRA EM SILICONE FORMATO ORTODÔNTICO, DE 0 A 6 MESES, PEQUENO, MACIO, ATÓXICO, ANTIALÉRGICO, ESTERILZÁVEL, INODORO E RESITENTE A FERVURA.	13,48	404,40

122	UND	3	COADOR DE CAFÉ EM TRIPÉ (TIPO MARIQUINHA) EM ALUMÍNIO PARA COADOR DE PANO, ALTURA APROXIMADA ENTRE 50 E 60 CM COM CAPACIDADE DE 4,5 A 7 LITROS.	41,00	123,00
123	UND	100	GUARDANAPOS ATOALHADO LISO OU ESTAMPADO, MEDIDAS 40X65CM	6,40	640,00
124	UND	100	GUARDANAPOS 100% ALGODÃO, LISO OU ESTAMPADO, MEDIDAS 40X65CM	5,65	565,00
125	UND	9	ESCUMADEIRA DE ARROZ ALUMÍNIO BATIDO, COMPRIMENTO 35 CM APROXIMADAMENTE.	22,90	206,10
126	UND	6	JOGO DE MANTIMENTOS EM PLÁSTICO POLIDO, COMPOSTO DE 5 PEÇAS (POTES)TAMANHOS 22CM, 20CM, 18CM, 16CM, 14CM DE DIÂMETRO	85,00	510,00
127	UND	9	RODO PARA PIA ANATÔMICO E COM BORRACHA QUE PERMITE LIMPEZA EFICAZ DE FINO TRATO. IDEAL PARA HIGIENIZAR E ENXUGAR PIAS, AZULEJOS, ESPELHOS E JANELAS	6,85	61,65
128	UND	10	LIXEIRA COM TAMPA E ACIONADOR EM PEDAL, CAPACIDADE 5 LITROS, MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE.	10,93	109,30
129	UND	20	APARADOR DE PORTA CONTRA INSETOS E POEIRAS, DUPLO, MEDIDA APRXIMADAMENTE 70 CM, MATERIAL IMPERMEÁVEL.	18,00	360,00
130	UND	20	POTES PLÁSTICO PARA BOLACHA LIVRE DE BPA, COM TAMPA ROSQUEÁVEL, CAPACIDADE APROXIMADA DE 2 LITROS.	18,80	376,00
131	UND	2	COLHER DE SOBREMESA EM AÇO INOXIDÁVEL, MEDIDAS APROXIMADAS 16,50 CM X 3,80 CM X 1,90 CM, COM 12 UNIDADES	48,60	97,20
132	UND	1	PANELA DE PRESSÃO COM FUNDO TRIPLO (AÇO INOX + ALUMÍNIO+ AÇO INOX), COM CABO DE BAQUELITE ANTITÉRMICO, TAMPA DE ALUMÍNIO COM ACABAMENTO EXTERNO POLIDO. CAPACIDADE 03 LITROS, COM VÁLVULA REMOVÍVEL, VÁLVULA CONTROLADORA DE PRESSÃO E VÁLVULA DE SEGURANÇA REPETITIVA. BORRACHA PARA TAMPA DA PANELA DE PRESSÃO PARA TROCA.	125,00	125,00
133	UND	20	PRATO PLÁSTICO FUNDO, TAMANHO PEQUENO, DIVERSAS CORES.	3,55	71,00
134	UND	3	CANECA TIPO LEITERA DE ALUMÍNIO CAPACIDADE DE 1 LITRO COM CABO PLÁSTICO	20,50	61,50
135	UND	15	VASILHAS DE PLÁSTICO COM TAMPA, CONTENDO CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 L E CORES DIVERSAS.	19,00	285,00
136	UND	3	CORTADOR/PICADO DE LEGUMES MODELO CABRITA, EM ALUMÍNIO FUNDIDO, PINTURA ELETROSTÁTICA, LÂMINA EM AÇO INOXIDÁVEL 08 OU 10MM, MEDIDAS APROXIMADAS 27C x 17L x 43A CENTÍMETROS	137,45	412,35
137	UND	12	AVENTAL DE SEGURANÇA TIPO AÇOGUEIRO, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO, COM FORRO, CORES DIVERSAS, COM TIRAS NO PESCOÇO E DUAS NA CINTURA PARA FECHAMENTO E RESISTENTE.	42,00	504,00
138	UND	12	AVENTAL DE COZINHA, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO, SEM FORRO, CORES DIVERSAS, COM TIRAS NO PESCOÇO E DUAS NA CINTURA PARA FECHAMENTO E RESISTENTE.	16,89	202,68
139	UND	20	ESCOVA DE CABELO MATERIAL DO CABO PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS FLEXÍVEL,	8,44	168,80

			DESEMBARAÇANTE.		
140	UND	12	COADOR DE CAFÉ, MATERIAL FLANELA, TAMANHO GRANDE, APLICAÇÃO PARA BULE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CABO	8,99	107,88
141	UND	12	COADOR DE CAFÉ, MATERIAL FLANELA, TAMANHO MÉDIO, APLICAÇÃO PARA BULE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CABO	7,29	87,48
142	UND	3	ESPÁTULA SILICONE, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL E SILICONE, DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO 25,5C X 4,3L CENTÍMETROS	19,71	59,13
143	UND	3	BATEADOR TIPO FOUET EM AÇO INOXIDÁVEL, MEDIDA APROXIMADA DE 30 CM.	23,34	70,02
144	UND	6	PENEIRA 18 CM COM SUPORTE PARA ACOMODAÇÃO EM PANEAS E TRAVESSAS, SUPORTA ALTAS E BAIXAS TEMPERATURAS, MATERIAL DE INOX RESISTENTE E FLEXÍVEL, FÁCIL MANUSEIO.	22,45	134,70
145	UND	6	FILTRO PERMANENTE PARA CAFÉ 102	4,62	27,72
146	UND	10	FILTRO PERMANENTE PARA CAFÉ 103	4,19	41,90
147	UND	6	PENEIRA DE AÇO INOX CABO PLÁSTICO 10 CM	4,99	29,94
148	UND	5	RALADOR E FATIADOR DE LEGUMES DUPLA FACE 2 EM 1 PARA PREPARAR LEGUMES COM O CORTE EM FIOS.	14,20	71,00
149	UND	6	DESCASCADOR DE ALIMENTOS EM AÇO INOX	9,38	56,28
150	UND	4	TRITURADOR CORTADOR ALHO CEBOLA PROCESSADOR ALIMENTOS MANUAL COM 3 LÂMINAS	9,90	39,60
151	UND	4	COPO MEDIDOR 500ML	8,27	33,08
152	UND	8	ESCUMADEIRA	19,00	152,00
153	UND	6	COLHER GRANDE INOX	5,99	35,94
154	UND	2	GARFO GRANDE INOX	3,98	7,96
155	UND	2	PANELA DE PRESSÃO 4 LITROS COM REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO EM ANTIADERENTE	134,00	268,00
156	UND	4	RODINHO DE PIA	6,70	26,80
157	UND	6	POTE DE PLÁSTICO PARA MANTIMENTO 5 LITROS	15,90	95,40
158	UND	1	FRUTEIRA DE CHÃO	120,00	120,00
159	UND	8	ACENDEDOR DE FOGÃO	15,60	124,80
160	UND	4	POTES PARA FRIOS	19,00	76,00
161	UND	10	AVENTAL DE TECIDO	37,99	379,90
162	UND	5	LUVA TÉRMICA PARA COZINHA	30,00	150,00
163	UND	20	FORMINHA DE PÃO DE QUEIJO	30,33	606,60
164	UND	3	PORTA PÃO	37,87	113,61
165	UND	3	PORTA BOLO REDONDO	28,05	84,15
166	UND	4	FUE MÉDIO	19,28	77,12
167	UND	4	FUE GRANDE	20,00	80,00
168	UND	3	PINCEL PARA UNTAR	14,91	44,73
169	UND	4	ESPÁTULA MÉDIA DE SILICONE	18,17	72,68
170	UND	3	PANELA DE PRESSÃO 5 LITROS	129,99	389,97
171	UND	5	MALETA ORGANIZADORA COM DIVISÓRIAS E ALÇA MEDIDAS APROXIMADAS 23CM LARGURA 22 CM ALTURA	80,38	401,90

			37CM DE COMPRIMENTO		
172	UND	2	CANEA DE ALUMÍNIO 3 LITROSCANEA DE ALUMÍNIO 3 LITROS	60,98	121,96

5. Da Fundamentação e Descrição da Necessidade

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópicos específicos existentes no Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

6. Descrição da Solução

A Descrição da Solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico existente no Estudo Técnico Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

7. Da Estimativa de Valor

O custo estimado total da contratação é de R\$ 183.352,58 (cento e oitenta e três mil, trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), conforme custos unitários apresentados na planilha em anexo (MAPA DE PREÇOS).

8. Da Adequação Orçamentária

As despesas decorrentes desta solicitação serão custeadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

Funcional: 05.01.1236100702.058000

3.390.30.99.10- Material de Copa e Cozinha

Principal	Desdobrada 3.3.90.30.99.10	Fonte
261	4042	0
262	3123	103
263	3124	104
283	3125	103
284	3126	104
297	3127	103
298	3128	104
299	4044	107
334	3129	103
335	3130	104
336	3131	107
347	3132	103
348	3133	104
349	3134	107
379	4046	0
384	4043	0
322	4047	0
414	3248	0
415	3255	1045
442	3256	0
449	3257	0
459	3259	303

465	3258	303
467	3259	494
3177	4045	3494
480	3260	303
483	3261	494
502	3262	303
503	3266	494
534	3268	303
535	3270	349
538	3271	494
575	4052	303
576	4054	494

9. Dos Prazos de Vigência e Execução

O prazo de execução e de vigência será de **12 (DOZE) meses**, podendo ser prorrogado por igual período caso aja interesse entre ambas as partes.

10. Critérios de Medição e/ou de Pagamento

O recebimento provisório e definitivo do objeto contratado será supervisionado pelo gestor e fiscal do contrato que atestará, mediante termo detalhado, o atendimento das exigências contratuais e de caráter técnico.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias após a entrega do objeto, mediante a verificação de regularidade ou apresentação dos seguintes documentos:

- a) negativa de débito de FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- f) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual

11. Da Existência de Licitação Anterior

Informamos que não há licitação com objeto semelhante no ano anterior.

12. Da Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor

12.1. Da Forma de Seleção

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

12.2 Dos Critérios de Seleção

12.3 A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

12.3.1 No caso de empresário individual: inscrição no **Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.3.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

12.3.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.3.4. Documentos Pessoais dos Sócios: RG e CPF ou CNH;

12.4 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

12.4.1 Certidão negativa de pedido de FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL ou extrajudicial, EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

12.5. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** consistirá em:

12.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, Cartão CPNJ (atualizado);

12.5.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

12.5.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

12.5.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

12.5.4 Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

12.6 MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar **declaração firmada pelo representante legal da empresa ou por contador ou certidão simplificada**, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 120 (cento e vinte) dias a contar da data de emissão

13. Da Gestão e Fiscalização do Contrato

13.1. Da Gestão do Contrato

Identificação do gestor do CONTRATO

GESTOR: ROSÂNGELA GALIOTTI DE FREITAS, portadora do RG/CI nº 4.956.665- 4 SSP/PR e do CPF nº. 768.910.629-34, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora de Educação Infantil designada para responder como Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Identificação do gestor do CONTRATO

GESTOR: LILIAN MOREIRA DA CRUZ GOUVEIA, brasileira, Portadora da Cédula de Identidade nº. 7.715.130-3 SSP/PR e do CPF nº. 049.881.209-02, ocupante de Cargo de Secretária Municipal de Assistência Social.

Identificação do gestor do CONTRATO

GESTOR: SONIA TEREZINHA BALISTA GOUVEIA ESCHEMBACH, brasileira,

Portadora do RG nº. 5.197.849-8 SSP/PR e do CPF nº. 877.217.599-00, ocupante do Cargo de Secretária Municipal de Saúde.

13.2. Da Fiscalização do Contrato

Identificação do fiscal do CONTRATO

MICHELLE PERES DOS SANTOS, brasileira, portadora do RG nº. 8.028.664-3 SSP/PR e do CPF nº. 040.795.479-19, ocupante de Cargo de Provimento Efetivo de Nutricionista;

Identificação do fiscal do CONTRATO

LILIAN LORAIN SCHNEIDER, brasileira, portadora do RG nº. 10.726.224-5 SSP/PR e do CPF nº. 070.538.379-20, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Assuntos Comunitários – CC-03;

Identificação do fiscal do CONTRATO

LIDIANE CRISTINA DE SOUZA OLIVEIRA, brasileira, portadora do RG nº. 12.447.251-2 SSP/PR e do CPF nº. 080.499.319-00, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo.

14. Justificativa para o Parcelamento ou Não do Objeto

A licitação por item permite uma avaliação mais precisa dos preços e condições de fornecimento de cada material, garantindo transparência, competitividade e economia para contratante.

16. Da Participação Exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (MPE)

Informamos que na região de Umuarama – PR, EXISTEM 03 ou mais MPE's aptas a executar a demanda. Conforme orçamentos existentes ao processo. Dessa forma, solicitamos que no certame sejam aplicados os benefícios constantes na Lei Complementar 123/2006 e alterações conforme Lei Complementar 147/2014, Lei Municipal nº 1.969/2016 para os itens cujo valor se enquadrem em seu artigo 6º (itens/lotos exclusivos ou reservados para ME/EPP/MEI).

Além disso, a este processo sugere-se que seja aplicado a prioridade local/regional conforme o art. 34, § 1º, III da Lei Municipal nº 1.969/2016, com base na pesquisa de preços e históricos de compras do mesmo objeto, onde é possível constar que há mínimo 3 (três) microempresas e empresas de pequeno porte regional competitivas, capazes de atender a este objeto. Além de que, o referido benefício não causa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado

ando promover o desenvolvimento econômico no âmbito LOCAL, será permitida EXCLUSIVAMENTE a participação das MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que possuem suas sedes no âmbito municipal, nos termos do Decreto Municipal nº 126/2023 e prejudgado nº.27, no Tribunal de Contas Do Estado do Paraná.

blica municipal.

17. Da Necessidade de Reserva de Cota

Não há.

18. Da Declaração de que o Objeto Demandado Não se Enquadra como Artigo De Luxo

Em atendimento ao disposto no **art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como o **Decreto Municipal nº 037/2023**, declaramos que os itens a serem adquiridos não compreendem artigos de luxo. Logo, reafirmamos que os itens do objeto em questão são de qualidade comum e não superior à necessária finalidade à qual se destina.

19. Do Modelo de Execução do Objeto

A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada no local a ser designado pela Secretaria Requisitante, em um prazo máximo de 02 (dois) dias após SOLICITAÇÃO, sendo este sempre localizado no Município de São Jorge do Patrocínio – Pr.

O prazo para começar a entrega dos produtos será de forma imediata após a data da assinatura do contrato;

A entrega dos produtos será em local solicitado e de acordo com o endereço descrito na solicitação entregue a Contratada, nos horários das 07h30min às 11h30min e das 13h00min até as 17h00min;

A cada entrega, serão conferidos os produtos, verificando-se especialmente as datas de validade registradas nas embalagens e a inviolabilidade dos lacres dos pacotes;

Todos os **produtos devem estar em embalagens apropriadas**, em pacotes plásticos e/ou quando necessário acondicionados em caixas de papel;

Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto;

A descarga dos materiais e acomodação dos mesmos nos setores solicitantes deverá ser feita por funcionários da empresa Contratada, devendo estes estarem devidamente identificados e providos de equipamentos de segurança necessários ao trabalho;

Os produtos serão recebidos pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou responsável do setor, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo Referência e na proposta, devendo ser substituído sem suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

Não será aceito entrega fracionada do quantitativo constante na solicitação (pre-empenho). A entrega deverá cumprir a totalidade da solicitação/nota de empenho.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 01 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 01 (um) dia úteis, contados a partir da data de retirada do produto das dependências da Administração pelo Contratado.

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

19.1 O recebimento do objeto se dará, provisoriamente, no ato da entrega no local designado pela secretaria requisitante, para posterior verificação da conformidade com as especificações contidas neste termo de referência.

19.2 No ato de entrega do produto, o fornecedor deve apresentar documento fiscal válido correspondente ao fornecimento.

19.3 O recebimento definitivo se dará em até 05(cinco) dias após o recebimento provisório, após verificação de que os produtos foram entregues de acordo com as condições e as especificações deste Termo de Referência.

Se após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, sem a qualidade exigida, fora de especificação ou incompletos, o fornecedor será notificado por escrito. Neste caso serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação, quando ocorrerá um novo recebimento provisório, e o reinício de contagem dos prazos.

O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade do produto entregue.

20. Do Modelo de Gestão do Contrato

20.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

21. Das Disposições Finais

Em caso de informações omissas, este Processo Licitatório e todos os seus atos ocorrerão em conformidade com o que rege a Lei 14.133/2021.

Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Nestes termos, pede-se prosseguimento.

São Jorge do Patrocínio – PR, 12 de junho de 2024.

ROSÂNGELA GALIOTTI DE FREITAS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

LILIAN MOREIRA DA CRUZ GOUVEIA
Secretária Municipal de Assistência Social.

SONIA TEREZINHA BALISTA GOUVEIA ESCEMBACH
Secretária Municipal de Saúde.

Elaborado por:

MICHELLE PERES DOS SANTOS
CPF nº 040.795.479-19
Nutricionista.

LIDIANE CRISTINA DE SOUZA OLIVEIRA
CPF nº. 080.499.319-00
Auxiliar Administrativo

APENDICÊ DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. Dados do Processo	
Área Requisitante	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde.
Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PR.	
2. Descrição da Necessidade	
O presente documento manifesta a necessidade de aquisição utensílios que serão utilizados nas cozinhas, refeitórios e lactário das instituições de ensino da rede municipal de educação, aquisição de bens para equipar as unidades de saúde da rede municipal, visando atender a demanda da secretaria municipal de saúde e aquisição de bens para equipar as unidades da secretaria de assistência social da rede municipal.	
3. Previsão No Plano De Contratações Anual	
No momento a administração do Município não possui Plano de Contratações Anual, o qual possui previsão de ser elaborado em oportunidade próxima.	
4. Requisitos da Contratação:	
Os produtos deverão ser de materiais de boa qualidade (por exemplo, aço inoxidável, alumínio, plástico resistente, vidro, etc.). Devem estar em conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais (ABNT, ISO). Devem possuir certificações de qualidade do INMETRO ou outras pertinentes ao tipo de utensílio. Devem ter dimensões e capacidade (tamanho, peso, volume e capacidade dos produtos) conforme especificado no termo de Referência. Somente serão aceitos o fornecimento dos produtos que estiverem de acordo com o item anterior e as especificações mínimas exigidas abaixo: Identificação do produto; Embalagem original e intacta, Data de fabricação, Número do Lote, Nome do fabricante.	
5. Estimativa das Quantidades:	
Estimou-se a quantidade dos bens em levantamento realizado pelas respectivas secretarias, levando sem consideração novos itens a serem adquiridos bem como substituição de alguns. Tabela em anexo.	
6. Modalidade SRP (Sistema de Registro de Preços) ou comum?	

() Sistema de Registro de Preços

(x) Aquisição Comum

7. Estimativas de Preços ou Preços Referenciais:

Considerando as especificações e quantitativos estabelecidos para o objeto a ser licitado, informo, para os devidos fins, que a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde., representado por Eduardo Leone Peres, CPF nº. 039.556.349-65, Auxiliar Administrativo, realizou a pesquisa de preço para aquisição do objeto a ser licitado, a fim de chegar à média de preço de referência para cada item. Foram consultadas fontes de preços públicos, tais como: CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS), PAINEL DE PREÇOS, LICITANET, PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, BLL, PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, TCE PARANÁ, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU – NFE, e fornecedores locais como: COMERCIAL LAVERDE E CIA LTDA, KUASE TUDO EM UTILIDADES M. DE LOURDES WESTIN MARQUES. O valor total desta pesquisa foi apurado em **R\$ 183.352,58 (cento e oitenta e três mil, trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos)**, obtido através da escolha do preço médio adquirido nas pesquisas. Esse valor compreende o total mencionado e os custos unitários apresentados na planilha anexa (Mapa de Preços).

8. Justificativa para Parcelamento ou não da Contratação

A avaliação da divisibilidade do objeto em questão será realizada considerando diversos fatores cruciais, a fim de garantir uma decisão informada e alinhada aos princípios de mercado, viabilidade técnica e econômica, potencial perda ou ganho de escala, e maximização da competitividade. O método de avaliação seguirá os seguintes critérios:

Será conduzida uma análise detalhada do mercado fornecedor, considerando a disponibilidade de fornecedores especializados em diferentes segmentos dos materiais de limpeza. A avaliação se concentrará em identificar possíveis economias de escala e oportunidades de otimização de custos.

A viabilidade técnica será avaliada com base na capacidade de os fornecedores atenderem às especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos para cada item. A viabilidade econômica será examinada em termos de custos, eficiência operacional e impacto financeiro para os órgãos públicos.

Será considerada a influência da divisibilidade do objeto na escala de produção ou fornecimento. Avaliaremos se a aquisição por item resulta em perdas de eficiência ou se a consolidação de determinados itens gera ganhos de escala, otimizando custos e recursos.

A análise levará em conta a capacidade de atrair um maior número de fornecedores, promovendo a competitividade e resultando em propostas mais vantajosas para os órgãos públicos. Considerações sobre a diversidade de fornecedores e a maximização da concorrência serão prioritárias.

A decisão acerca do critério de adjudicação será por item, buscando otimizar a flexibilidade e eficiência nas aquisições. Cada item será avaliado individualmente, levando em consideração os fatores mencionados acima, e a adjudicação será realizada de forma a garantir o melhor custo-benefício para cada componente do objeto.

Essa abordagem visa equilibrar a maximização da competitividade com a eficiência operacional, permitindo que cada item seja adquirido da maneira mais vantajosa, considerando suas particularidades e o contexto do mercado.

9. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

A contratação almeja proporcionar benefícios substanciais para o órgão ou entidade, refletindo em melhorias significativas nos aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e aproveitamento de recursos.

Os principais benefícios diretos e indiretos incluem:

1. **Economicidade:** Busca-se otimizar os custos por meio de uma contratação estratégica, garantindo que os recursos financeiros sejam alocados de maneira eficiente e maximizando a relação custo-benefício.
2. **Eficácia:** A contratação visa atingir os objetivos preestabelecidos, assegurando a entrega de produtos ou serviços que atendam às expectativas e necessidades, contribuindo para o cumprimento das metas e missões institucionais.
3. **Melhoria da Qualidade de Produtos ou Serviços:** A contratação visa elevar os padrões de qualidade dos produtos ou serviços oferecidos à sociedade. Busca-se proporcionar um atendimento mais eficiente e satisfatório, refletindo positivamente na percepção da comunidade atendida.

Esses benefícios convergem para uma gestão pública mais eficiente, transparente e responsável, alinhada às melhores práticas de governança. Ao promover a economicidade, eficácia, eficiência, sustentabilidade e qualidade, a contratação contribui para o aprimoramento dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, resultando em impactos positivos para a sociedade como um todo.

10. Viabilidade da Contratação

Após uma análise minuciosa dos estudos preliminares, que abrangem aspectos técnicos, fundamentação e necessidade institucional, conclui-se que a contratação do objeto previsto neste Edital de Termo de Referência (ETP) é não apenas possível tecnicamente, mas também se mostra fundamentadamente necessária para atender às demandas identificadas.

Diante do exposto e considerando as evidências apresentadas, reitera-se o posicionamento conclusivo de que a contratação proposta é plenamente viável. Esta conclusão baseia-se na coerência das especificações técnicas, na aderência às normativas vigentes, e na clara demonstração da essencialidade do objeto para o alcance dos objetivos institucionais. Portanto, ratifica-se a recomendação de prosseguir com o processo de contratação, visando o atendimento eficaz e eficiente das necessidades identificadas pela instituição.

11. MAPA DE RISCO

Risco 01	Estimar quantidades inadequadas				
Probabilidade	() Raro	(x) Pouco provável	() Provável	() Muito provável	() Praticamente certo
Impacto	() Muito baixo	() Baixo	(x) Médio	() Alto	() Muito Alto
Dano(s)	A ocorrência desse risco pode resultar em desajuste na aquisição dos utensílios domésticos utilizados pelas devidas secretarias, impactando diretamente a eficiência operacional e a qualidade dos serviços prestados pelos órgãos públicos.				
Medidas Preventiva	Para mitigar o risco de estimativas inadequadas, a equipe implementou medidas preventivas, tais como revisões detalhadas das demandas históricas. E, foram incorporados ajustes de até 25% nas quantidades de alguns itens para fornecer uma margem de segurança				
Medidas de Resposta	Em caso de estimativa inadequada, as medidas de resposta incluem a possibilidade de solicitar aditivo de contratos. Essa medida permite uma flexibilidade contratual para ajustar as quantidades, garantindo uma resposta eficaz diante de mudanças nas demandas. A equipe estará preparada para negociar aditivos, redistribuir recursos e otimizar o processo de aquisição, assegurando a continuidade e a eficácia da prestação de serviços, mesmo em situações desafiadoras relacionadas à estimativa de quantidades.				

12. Justificativa para utilização do ETP resumido:

O objetivo do Estudo Técnico Preliminar é evidenciar um problema a ser resolvido e apontar a melhor solução para o caso específico. Contudo, quando a administração já tem uma solução definida, a elaboração de um ETP contendo todos os elementos definidos no § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, pode consumir tempo e recursos desnecessários, podendo acarretar riscos à celeridade e desburocratização que se espera nas contratações públicas.

Uma alternativa altamente viável, amparada pelo § 2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 é a elaboração de um ETP resumido capaz de capturar os aspectos essenciais do procedimento de contratação de forma mais direta e rápida. O ETP resumido é uma versão simplificada da especificação técnica de procedimento, escolhida quando a administração já tem uma solução definida para o problema a ser resolvido. Isso significa que os detalhes técnicos e procedimentos para a contratação já foram estabelecidos ou estão amplamente definidos, e o ETP resumido é apenas uma versão simplificada que destaca os aspectos essenciais do processo. Essa abordagem pode economizar tempo e recursos, especialmente quando a solução para o problema já está claramente identificada.

Um ETP resumido tende a ser mais fácil de entender, pois concentra-se nos postos-chave e evita detalhes excessivos. Isso pode simplificar o processo para todas as partes envolvidas, incluindo fornecedores e funcionários da administração.

Em casos onde a solução já está determinada, a flexibilidade para mudanças significativas pode não ser necessária. Portanto, um documento simplificado pode ser suficiente para comunicar os requisitos básicos e procedimentos a serem seguidos.

No presente caso, já existe uma solução definida para o problema evidenciado, sendo o ETP simplificado a alternativa que se mostra mais adequada, permitindo, assim, comunicar de forma concisa e eficaz os requisitos e procedimentos essenciais, enquanto economiza tempo e recursos.

Desta forma, justifica-se a ausência dos elementos não obrigatórios na elaboração do presente ETP por já existir uma solução definida para a aquisição/contratação, priorizando os princípios da eficiência, do interesse público, da eficácia, da razoabilidade, da economicidade e da celeridade, conforme o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

15. Responsabilidade da Equipe de Planejamento pela Elaboração e Conteúdo do Documento:

Certificamos, para devidos fins, que os servidores abaixo relacionados são os responsáveis pela elaboração e pelo conteúdo do presente documento.

São Jorge do Patrocínio- PR. 07 de junho de 2024.

ROSÂNGELA GALIOTTI DE FREITAS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

LILIAN MOREIRA DA CRUZ GOUVEIA
Secretária Municipal de Assistência Social.

SONIA TEREZINHA BALISTA GOUVEIA ESCHEMBACH
Secretária Municipal de Saúde.

Elaborado por:

MICHELLE PERES DOS SANTOS

CPF nº 040.795.479-19

Nutricionista.

LIDIANE CRISTINA DE SOUZA OLIVEIRA

CPF nº. 080.499.319-00

Auxiliar Administrativo



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4FDA-F5BF-5300-B0DB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSÉ CARLOS BARALDI (CPF 409.XXX.XXX-91) em 17/06/2024 13:33:42 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://sjpatrocinio.1doc.com.br/verificacao/4FDA-F5BF-5300-B0DB>